



Governo do Distrito Federal
Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

EDITAL DE LICITAÇÃO

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL	
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026	
Regido pela Lei Federal nº 13.303/2016, Regulamento Interno de Licitações e Contratos - RILC/Codhab e pelas demais legislações aplicáveis.	
OBJETO	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos de Auditoria Independente Externa, para realização de Auditorias trimestrais, com emissão de relatórios e pareceres de revisão das demonstrações financeiras, contábeis, fiscais, de recursos humanos e de controles internos da CODHAB; Auditoria anual, com emissão de relatório e parecer sobre as Demonstrações Financeiras, Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa e demais peças obrigatória, em conformidade com a legislação aplicável, e em consonância com as quantidades estimadas, especificações e condições técnicas constantes no Anexo I deste Edital.
SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DO CERTAME	
Pregão Eletrônico	Sistema Eletrônico Comprasgov site https://www.gov.br/compras/pt-br/
PROCESSO	00392-00012358/2025-21
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ATÉ	9h29min do dia 05/03/2026
DATA E HORÁRIO DE ABERTURA DAS PROPOSTAS	9h30min do dia 05/03/2026
ENDEREÇO ELETRÔNICO	As propostas serão recebidas exclusivamente por meio eletrônico no endereço https://www.gov.br/compras/pt-br/
FORMA DE REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO	Eletrônica

MODO DE DISPUTA	Aberto
UASG:	925992
VALOR ESTIMADO TOTAL	Sigiloso nos termos do Regulamento Interno de Licitações e Contratos - RILC/Codhab
DATA A CONSIDERAR PARA FINS DE REAJUSTE	Será considerado a partir da data de apresentação da proposta atualizada pela licitante.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	Menor Preço Global
REGIME DE EXECUÇÃO	Empreitada preço unitário
PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA:	Micro empresas e Empresas de Pequeno Porte nos termos da Lei Distrital nº 4.611/2011
PRAZO PARA PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS	Até 02/03/2026 no e-mail: licitacoes@codhab.df.gov.br
PRAZO PARA IMPUGNAÇÃO	Até 26/02/2026 no e-mail: licitacoes@codhab.df.gov.br
REFERÊNCIA DE TEMPO	Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e o horário comercial desta Companhia de 8h às 12h e de 14h às 18h e, dessa forma, serão registradas na documentação relativa ao certame.
OBSERVAÇÃO: O Edital ficará disponível nos sítios https://www.codhab.df.gov.br/ ou www.gov.br/compras . Respostas a pedidos de esclarecimento ou de impugnações, bem como avisos de ordem geral, deverão ser consultadas no sítio www.gov.br/compras , não ensejando, portanto, qualquer responsabilização da Companhia por fatos oriundos da não realização de consultas por parte dos licitantes ao referido sítio.	

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026

A Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal - CODHAB, no uso de suas atribuições legais, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO, para contratação do objeto especificado no Anexo I deste Edital. O presente certame está em conformidade com o art. 20 do REGULAMENTO INTERNO DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS DA Codhab /DF- RILC/ Codhab ([REGULAMENTO INTERNO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS \(RILC\) — CODHAB - ATUALIZADO 12/06/2024](#)) em consonância a Lei nº 13.303/16, o qual entrou em vigor pela Resolução SEI-GDF nº 228/2018, de 28 de junho de 2018, disponível no endereço eletrônico www.Codhab.df.gov.br, e no que couberem os dispositivos relacionados a seguir: Decreto nº 3.722/2001, Leis Distritais nºs. 4.611/2011, 5.061/2013, Decretos Distritais: 32.767/2011, 39.860/2019, 43.982/2022, Lei Complementar nº 123/2006, e alterações posteriores, Lei nº 13.303/2016, bem como, as demais

normas pertinentes aplicáveis ao procedimento do Pregão Eletrônico e do objeto, observadas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório e seus anexos.

O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio de sistema eletrônico que promova a comunicação pela internet, mediante condições de segurança, utilizando-se, para tanto, os recursos da criptografia e autenticação em todas as suas fases. Os trabalhos serão conduzidos pelos servidores designados: pelo(a) Pregoeiro (a), por intermédio da Instrução Normativa n.º 432/2025 - CODHAB/PRESI, de 24 de outubro de 2025, publicada no DODF nº 205 de 29 de outubro de 2025, e auxiliado pela equipe de apoio, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para a página eletrônica: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, que terá, dentre outras, as seguintes atribuições: coordenar o processo licitatório; receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao Edital, apoiado pelo setor responsável pela sua elaboração; conduzir a sessão pública na internet; verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório; dirigir a etapa de lances; verificar e julgar as condições de habilitação; receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão; indicar a vencedora do certame; conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a adjudicação e homologação.

1. DO OBJETO

1.1. Consiste na contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos de Auditoria Independente Externa, para realização de:

1.1.1. Auditorias trimestrais, com emissão de relatórios e pareceres de revisão das demonstrações financeiras, contábeis, fiscais, de recursos humanos e de controles internos da CODHAB;

1.1.2. Auditoria anual, com emissão de relatório e parecer sobre as Demonstrações Financeiras, Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa e demais peças obrigatória, em conformidade com a legislação aplicável, e em consonância com as quantidades estimadas, especificações e condições técnicas constantes no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

1.1.3. Contratação de empresa especializada em serviços técnicos de Auditoria Independente Externa deverá ser realizada por Empresas de Auditoria ou Auditor Independente, devidamente registrados na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, a realização de auditoria independente se torna obrigatório por força do que determinam o disposto na Lei nº 6.404, Art.163, § 5º, de 15 de dezembro de 1976, Lei nº 13.303, Capítulo II, Seção I, Art. 7º de 30 de junho de 2016 e a Resolução 296/2016 - TCDF, de 15 de setembro de 2016, para a emissão de relatório para a composição da prestação de Contas Anual.

1.2. O presente Edital oferece às empresas os elementos necessários à apresentação de propostas para o fornecimento dos serviços, objeto da licitação, cujas especificações constam do Anexo I do Edital.

1.3. Haverá 01 (um) único vencedor na licitação, devendo a licitante interessada oferecer proposta para a integralidade do objeto.

1.4. Em caso de discordância entre as especificações do objeto descritas no Sistema *de Compras do Governo Federal: Compras.gov.br* e as constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

2. DO CREDENCIAMENTO E DA REPRESENTAÇÃO

2.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

2.2. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

2.3. O credenciamento é a condição obrigatória para formulação de lances e praticar todos os atos neste Pregão, que se dará pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, COMPRASGOV, obtida no site <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.

2.4. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal do

licitante ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

2.5. O licitante se responsabiliza exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.6. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.6.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.7. A chave de identificação e a senha terão validades indeterminadas e poderão ser utilizadas em qualquer Pregão Eletrônico realizado no sistema Comprasgov, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da Administração, devidamente justificada.

2.8. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada pelo licitante imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.

2.9. A representação do licitante far-se-á por meio de instrumento público e/ou particular de procuração, com firma reconhecida em cartório no caso de instrumento particular, que comprove os necessários poderes para praticar todos os atos inerentes ao certame em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário, dirigente (ou assemelhado) da empresa proponente, deverá apresentar cópia do estatuto ou contrato social, ou instrumento específico no qual estejam expressos seus poderes para exercer e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

2.10. Como requisito para a participação no pregão, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que tem pleno conhecimento das exigências previstas no Edital e declarar que cumpre plenamente os requisitos de habilitação.

2.11. Nenhuma pessoa física ou jurídica, ainda que credenciada por procuração legal, poderá representar mais de uma Licitante.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderá participar da presente licitação qualquer licitante que satisfaça às condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos.

3.2. Que estejam cadastradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, nos termos do § 1º, art. 1º do Decreto 3.722, de 09 de janeiro de 2001, publicado no D.O.U. de 10 de janeiro de 2001; ou

3.3. Que não estejam cadastradas no SICAF ou que estiverem com seus cadastramentos vencidos, também poderão participar da licitação, desde que sejam atendidas as exigências de habilitação, deste Edital.

3.4. A participação na licitação implica, automaticamente, a aceitação integral e irretratável dos termos e conteúdo deste Edital e de seus anexos, regulamentos, instruções e leis aplicáveis.

3.5. Será realizada consulta, durante a fase de licitação e antes da contratação, de empresas suspensas ou declaradas inidôneas no Portal de Transparência do Distrito Federal, assim como no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas –CEIS da Controladoria Geral da União.

3.6. Não poderão disputar esta licitação, direta ou indiretamente, ou celebrar contrato dela decorrente, pessoa jurídica:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.6.3. cujo administrador ou sócio seja diretor ou empregado desta Companhia;

- 3.6.4. suspensão por esta Companhia;
- 3.6.5. declarada inidônea pela União, por Estado, pelo Distrito Federal ou município, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
- 3.6.6. constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- 3.6.7. cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- 3.6.8. constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- 3.6.9. cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção.
- 3.6.10. que se encontrem sob falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução, liquidação, estrangeiras que não funcionem no país, nem aquelas que tenham sido declaradas inidôneas pela Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal e Distrital, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito de licitar ou contratar com o Distrito Federal, com os demais Estados e seus Municípios e bem como com a União;
- 3.6.11. que estejam temporariamente suspensas de participar de licitação ou de contratar com a Administração, em qualquer órgão ou entidade, seja federal, estadual, distrital ou municipal, da Administração Pública direta ou indireta. (Parecer nº 202/2011 – PROCAD/PGDF)
- 3.6.12. que tenham sócios em comum não poderão participar do certame para o (s) mesmo (s) item(s); e
- 3.6.13. também não poderão participar pessoas físicas não empresárias.
- 3.7. Aplica-se a vedação prevista item 3.6:
- 3.7.1. à contratação do próprio empregado ou dirigente, como pessoa física, bem como à participação dele em procedimentos licitatórios, na condição de licitante;
- 3.7.2. a quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:
- 3.7.2.1. dirigente de empresa pública ou sociedade de economia mista;
- 3.7.2.2. empregado da Codhab cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação;
- 3.7.2.3. autoridade do ente público a que a Codhab está vinculada.
- 3.7.2.4. cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a Codhab há menos de 6 (seis) meses.
- 3.8. A participação na licitação dar-se-á por meio de digitação da chave e senha, pessoal e intransferível, do representante credenciado e subsequente encaminhamento da Proposta de Preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observada data e horário limite estabelecidos.
- 3.9. Caberá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da licitação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4. DA IMPUGNAÇÃO

- 4.1. Nos termos do RILC/Codhab, o instrumento convocatório poderá ser impugnado, motivadamente por qualquer pessoa física ou jurídica até o 5º (quinto) dia útil anterior à data fixada para a abertura do certame.
- 4.2. A Codhab deve processar, julgar e decidir a impugnação interposta em até 03 (três) dias úteis a contar do recebimento formal pela Comissão Permanente de Licitação – CPL da interposição.
- 4.3. Na hipótese desta Companhia não decidir a impugnação até a data fixada para a entrega das propostas, a licitação deverá ser adiada, convocando-se nova data para a realização do certame.
- 4.4. Compete à autoridade signatária do instrumento convocatório decidir as impugnações interpostas.

- 4.5. Se a impugnação for julgada procedente, serão adotadas as seguintes medidas:
- 4.5.1. na hipótese de ilegalidade insanável, anular a licitação total ou parcialmente, conforme o caso;
- 4.5.2. na hipótese de defeitos ou ilegalidades sanáveis, corrigir o ato, devendo:
- 4.5.2.1. republicar o aviso da licitação pela mesma forma que se deu o texto original, devolvendo o prazo de publicidade inicialmente definido, exceto se a alteração no instrumento convocatório não afetar a formulação das propostas pelos interessados no certame; e
- 4.5.2.2. comunicar a decisão da impugnação a todos os licitantes.
- 4.5.2.3. se a impugnação for julgada improcedente, a Codhab comunicará a decisão diretamente ao Impugnante, dando seguimento à licitação.
- 4.6. A impugnação poderá ser apresentada, exclusivamente, pelo endereço eletrônico licitacoes@codhab.df.gov.br, desde que seja apresentada por:
- 4.6.1. empresa, assinada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o edital);
- 4.6.2. pessoa física e conter nome completo, CPF endereço e telefones atualizados.
- 4.6.3. decairá do direito de impugnar este Edital aquele que não o fizer até o prazo disposto no item 4.1, apontando as falhas ou irregularidades que o viciariam, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.
- 4.7. A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar da licitação até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.
- 4.8. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame.
- 4.9. Não serão conhecidas as impugnações apresentadas após o respectivo prazo legal, ou, no caso de empresas, que estejam subscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado no pedido para responder pela interessada.

5. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

- 5.1. Nos termos do RILC/Codhab, até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa física ou jurídica poderá solicitar esclarecimentos acerca da licitação, exclusivamente pelo endereço eletrônico licitacoes@codhab.df.gov.br, que deverão ser respondidos pela autoridade signatária do instrumento convocatório, em até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 5.2. As respostas dadas aos esclarecimentos serão comunicadas a todos os interessados por e-mail e/ou no sistema eletrônico e passarão a integrar o instrumento convocatório na condição de anexos.
- 5.3. Todos os prazos informados no presente Edital, a menos que explicitamente indicados, entendem-se como estabelecidos em dias úteis.

6. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 6.1. A despesa com a execução do objeto correrá, em conformidade com o item 17 do Termo de Referência, e à conta da seguinte Dotação Orçamentária:
- 6.2. Programa de Trabalho: 16.122.8208.8517.9625 – Manutenção de Serviços Administrativos Gerais da CODHAB;
- 6.3. Natureza da Despesa: 33.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica;
- 6.4. Fonte 100 – Ordinário não Vinculado

7. DO VALOR ESTIMADO

- 7.1. Nos termos do RILC/Codhab, os valores estimados para certames com critério de

julgamento pelo menor preço são sigilosos, até o final da etapa de negociação.

7.2. O valor estimado do certame será divulgado quando houver justificativa da área técnica no processo administrativo da demanda.

7.3. Conforme processo administrativo instruído pela área demandante dos serviços, a Gerência de Contabilidade e Tributos o valor estimado máximo do objeto não teve justificativa para sua divulgação, sendo, portanto, sigiloso, conforme Termo de Referência Anexo I deste Edital.

8. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

8.2. Os valores ofertados deverão ser por preço global, devendo ser observado os serviços e quadro descritivo constante do item 07, DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICA/QUANTIDADES DO OBJETO, do Termo de Referência.

8.3. Não será admitida a prática conhecida como "jogo de planilha", caracterizada pela alteração indevida dos preços unitários em relação à planilha orçamentária de referência da Codhab, mediante superfaturamento de itens com maior quantitativo e subfaturamento de itens com menor quantitativo, bem como pela manipulação de quantitativos durante a execução contratual, com finalidade de obtenção de vantagem indevida, ainda que mantido o valor global da proposta e **independentemente da manutenção do valor global da proposta.**

8.4. Os anexos de proposta deverão ser encaminhados apenas pelo licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar.

8.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

8.6. Conforme o caso, a área demandante poderá listar outros documentos, assim descritos no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

8.7. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, sendo assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

8.8. Os arquivos deverão ser enviados nas regras aceitas pelo sistema, preferencialmente compactados em ZipFile (extensão: “.zip”) ou em formato PDF. Os nomes dos arquivos não deverão conter espaços “em branco” nem caracteres especiais, conforme recomendações para o envio de Anexos/Planilhas do sistema Comprasgov.

8.9. Os arquivos deverão estar liberados para leitura, sem senhas ou qualquer outro impedimento para sua abertura, sob pena de desclassificação da licitante.

8.10. Não será aceita outra forma de envio da documentação nessa fase da licitação.

8.11. Após transcorrido o prazo conforme item 8.3, não será considerado o envio de qualquer documento complementar ou retificador, salvo aqueles que vierem a ser requeridos por diligência, ou requisitados pelo pregoeiro no caso do julgamento da habilitação ocorrer após o julgamento das propostas.

8.12. Os preços unitários e totais da proposta a ser encaminhada pelo sistema Comprasgov não poderão exceder a 02 (duas) casas decimais. Havendo necessidade de arredondamento, este deverá dar-se para menor.

8.13. Nos preços constantes da Proposta deverão estar inclusos todos os custos, diretos e indiretos, além dos encargos de qualquer natureza (seguros em geral, direitos autorais, royalties, taxas, encargos e custos financeiros, impostos, tarifas, fretes e quaisquer outras despesas que se fizerem necessárias).

8.14. O licitante declarará, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do Edital.

8.15. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade

da proposta ou o enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, sujeitará o licitante às sanções previstas na legislação e neste Edital.

8.16. Na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após o encerramento da etapa de lances.

8.17. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

8.17.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

8.17.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

8.18. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

8.18.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

8.18.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

8.19. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo, quando do cadastramento da proposta, possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para a Codhab, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

8.20. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

8.21. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento da etapa de lances.

8.22. Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no Edital e já apresentados serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento da etapa de lances, observado o prazo mínimo contado da solicitação do pregoeiro no sistema.

8.23. As microempresas e empresas de pequeno porte (Lei Complementar no 123/2006), deverão se declarar como tais, em campo próprio do sistema eletrônico, desde que não enquadradas nas hipóteses do § 4º, do art. 3º daquela lei.

8.24. O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento, concordância e atendimento às exigências do Edital. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

8.25. Somente serão consideradas as propostas que visem o fornecimento do objeto acabado, não cabendo à Codhab qualquer responsabilidade quanto ao fornecimento de matéria-prima ou componentes destinados ao fornecimento do objeto cotado.

8.26. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a licitante.

8.27. A Licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos. E em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no Comprasgov e as especificações constantes dos Anexos deste Edital prevalecerão as últimas.

8.28. Qualquer elemento que possa identificar a licitante, antes do término da fase de lances, importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

8.29. Todas as condições estabelecidas nos anexos serão tacitamente aceitas pelo proponente.

9. DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO E DA ETAPA DE LANCES

- 9.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 9.2. O (a) Pregoeiro (a) verificará a conformidade da proposta exclusivamente na fase de julgamento em relação à proposta mais bem classificada, cabendo em caso de dúvida diligenciar o setor solicitante.
- 9.3. Será desclassificada a licitante cuja proposta preenchida no sistema identifique o licitante antes do término da fase de lances.
- 9.3.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 9.3.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 9.3.3. A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento em relação à proposta mais bem classificada.
- 9.4. Todas as propostas cadastradas terão seus valores considerados como lances na fase de disputa.
- 9.5. Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação do ofertante.
- 9.6. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 9.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 9.7.1. Para tanto deverá ser observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.
- 9.8. Observado o item acima, o licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 9.9. Não serão aceitos dois ou mais lances do mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 9.10. Caso o proponente não realize lances, permanecerá o valor inicialmente proposto no sistema, para efeito da classificação final.
- 9.11. A etapa de envio de lances na sessão pública, por ser no modo de disputa aberto, durará dez minutos e, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da referida fase, inclusive quando se tratar de lances intermediários.
- 9.12. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances será da importância de R\$ 1,00 (um real), que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.
- 9.13. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o (a) Pregoeiro (a), auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 9.14. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 9.15. Encerrada a etapa competitiva, o sistema ordenará e divulgará os lances.
- 9.16. Serão observados os procedimentos para o caso de participação de ME e/ou EPP para aplicação dos critérios de desempate.

9.17. Na hipótese do item anterior a convocação será via sistema, e deverão ser observados os prazos, sob pena de preclusão do direito.

9.18. Em caso de empate, os critérios serão aplicados nos termos dos normativos próprios de pregão eletrônico, caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva.

9.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais.

9.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto em normativos específicos do procedimento de pregão eletrônico, nesta ordem:

9.20.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

9.20.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações;

9.20.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

9.20.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

9.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, ao objeto executado por:

9.21.1. empresas brasileiras;

9.21.2. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

9.21.3. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei n.º 12.187/2009](#).

9.22. Na hipótese de não constatar os termos previstos no art. 45 da Lei Complementar 123/2006, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

9.23. O disposto no Artigo 45 da Lei Complementar 123/2006 somente será aplicado quanto a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

9.24. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

10. DA DESCONEXÃO DO SISTEMA NA ETAPA DE LANCES

10.1. No caso de desconexão do Pregoeiro com o sistema no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico permanecerá acessível aos licitantes para a recepção dos lances. O Pregoeiro, assim que possível, dará continuidade ao certame, sem prejuízo dos atos realizados.

10.2. Quando a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos ou havendo inoperância do sistema por motivos alheios à vontade desta Companhia, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sistema eletrônico.

11. DA FASE DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

11.1. Encerrada a etapa de lances da sessão pública, o (a) Pregoeiro (a), poderá encaminhar pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida a melhor proposta.

11.2. Caso não sejam realizados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor valor e o estimado para a contratação.

11.3. A negociação será realizada exclusivamente por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

11.4. Encerrada a etapa de negociação de que trata o item anterior, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação, e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do Edital.

11.5. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes, vedada outra forma de comunicação.

11.6. Se, após a adoção da providência referida no item 11.4, não for obtido valor igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, e nenhuma das licitantes classificadas em ordem subsequente atender aos requisitos de habilitação, o item ou a licitação será declarado fracassado

11.7. Exitosa a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de julgamento.

11.8. Ao analisar a proposta classificada em primeiro lugar, verificará se o licitante atende às condições de participação no certame, podendo ser convocado pelo Pregoeiro no sistema, para envio da proposta adequada ao último lance ofertado e, se necessário, dos documentos complementares, em que poderá ser solicitada a prorrogação do prazo com a devida justificativa pelo licitante.

11.8.1. A prorrogação de que trata o item anterior, poderá ocorrer excepcionalmente nas seguintes situações:

11.8.1.1. por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo pregoeiro; ou

11.8.1.2. de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de conformidade.

11.9. Durante a etapa de julgamento da proposta será realizada a verificação quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

11.9.1. Sicafe;

11.9.2. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica da CGU;

11.10. Conforme o item anterior, o pregoeiro desclassificará as que:

11.10.1. contenham vícios insanáveis;

11.10.2. descumpram especificações técnicas constantes do Edital;

11.10.3. apresentem preços manifestamente inexequíveis, que sejam inferiores ao custo de produção, acrescidos os encargos legais. Nesta hipótese o licitante será convocado pelo pregoeiro para envio de documentos para demonstrar a exequibilidade do preço ofertado, e, se não demonstrado, será desclassificado;

11.10.4. se encontrem acima do orçamento estimado para a contratação;

11.10.5. não ofertarem a totalidade do item em sua Proposta de Preços;

11.10.6. deixarem de apresentar quaisquer dos documentos de habilitação ou o fizerem de maneira incompleta ou incorreta;

11.10.7. não enviarem a Proposta e os Documentos de Habilitação dentro do prazo estabelecido pelo pregoeiro (a) no Chat do sistema;

11.10.8. quando a licitação for exclusiva, aquelas que não estiverem em condição de entidade preferencial;

11.11. O critério a ser utilizado na avaliação, julgamento, adjudicação e homologação das propostas será o de menor preço global e o regime de execução do contrato será pelo valor unitário.

11.12. O (a) Pregoeiro (a) poderá se necessário, suspender a sessão para recorrer a setores técnicos internos e externos, bem como à área requisitante dos serviços/bens objeto deste certame, a fim de obter parecer que possibilite melhor julgamento das especificações dos serviços/bens cotados, definindo nova data para a continuidade da sessão pública, que será suspensa administrativamente com registro em Ata.

11.13. O pregoeiro poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, nos termos da Lei 13.303/2016 e do RILC/Codhab;

11.14. Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento de requisitos estabelecidos neste Edital e seus anexos, a proposta será desclassificada.

11.15. Se a proposta não for aceitável ou se o proponente não atender às exigências habilitatórias,

o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

11.16. Na hipótese de nenhuma proposta atender integralmente as condições e especificações previstas no Edital e seus anexos, a licitação será declarada fracassada.

11.17. Nos casos de novo arrematante, os prazos serão os mesmos do primeiro arrematante, a partir da convocação, que se dará por mensagem efetuada pelo Pregoeiro, e será procedida negociação.

11.18. O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada no item anterior, será desclassificado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital e na legislação vigente.

11.19. A proposta de preços atualizada devidamente adequada ao preço negociado, deverá ser enviada no prazo, informado pelo Pregoeiro no Chat do sistema Comprasgov, juntamente com documentação, se for o caso, contado da solicitação no sistema.

11.20. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante fundamentação registrada na Ata do certame e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação e habilitação.

11.21. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

11.22. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do dispositivos que promulga a Convenção sobre a Eliminação de Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

11.23. Verificado o atendimento das exigências do Edital, a proponente melhor classificada será declarada vencedora.

11.24. Os documentos remetidos em formato eletrônico **poderão** ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento.

11.25. Nesse caso, os documentos deverão ser encaminhados, no prazo estabelecido pelo Pregoeiro, para o endereço citado abaixo, em uma via, rubricada em todas as folhas e a última assinada pelo representante legal da empresa, em linguagem concisa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente datada, contendo razão social, CNPJ, Inscrição Estadual ou Distrital, se houver, de acordo com o definido nos itens de proposta e de documentos de habilitação, dispostas sequencialmente de acordo com os itens do Edital:

À Comissão Permanente de Licitação.

CPL/PRESI/Codhab

Ao (à) Pregoeiro (a) Glauber Teodoro Faria.

Pregão Eletrônico PE 02/2026.

Setor Comercial Sul - Quadra 06, Lotes 13/14, Bloco "A", Asa Sul CEP 70.306-918 Brasília - DF

12. DA PROPOSTA DE PREÇOS

12.1. A Proposta de Preços deverá conter, sob pena de desclassificação, os seguintes elementos:

12.2. Valor total da proposta de preços ofertado pela licitante para o fornecimento dos serviços, previsto no Termo de Referência, Anexo I deste Edital, observados os quantitativos a serem fornecidos.

12.3. Deverá ser apresentada em língua portuguesa, em nome da proponente, contendo endereço, números do CNPJ e Inscrição Estadual ou do Distrito Federal; em papel timbrado, datada e assinada pelo seu representante legal assim constituído nas formas previstas neste Edital, com as especificações em conformidade com o solicitado, contendo a indicação de todas as características dos serviços/bens cotados, com descrição clara e detalhada do item ofertado de forma a demonstrar que atendem as especificações constantes do Anexo I deste Edital, informar os dados bancários nos termos do Decreto n.º 32.767 de

17/02/2011 e suas alterações.

12.4. Prazo de validade da proposta que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data de sua entrega.

12.5. Nos preços unitários e no valor total de cada item deverão ser utilizadas 02 (duas) casas decimais, havendo necessidade de arredondamento, este deverá dar-se para menor, desconsiderando-se as demais. Devem ser apresentados em moeda nacional, expressos em algarismos e por extenso. Havendo divergência entre o valor em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor por extenso.

12.6. Conter valores unitários, bem como o total (de acordo com a quantidade do item e/ou do prazo de fornecimento estabelecido no Termo de Referência), em que para efeito de aceitabilidade da proposta, não serão admitidos valores superiores aos preços oficiais ou estimados por esta Companhia. O desrespeito a essa condição levará o certame a ser considerado fracassado, caso não se obtenha êxito com a negociação a ser solicitada, seguindo a ordem de classificação.

12.7. Conter declaração de que no valor proposto estejam incluídos todos os custos, diretos e indiretos, para perfeita execução dos serviços, inclusive despesas com eventuais projetos, materiais, mão de obra, especializada ou não, cadastros dos serviços executados, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, transportes, cargas e descargas em geral, encargos da legislação social, trabalhista e previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil, por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas, e demais regulamentos e municipais, estaduais e federais, encargos e custos financeiros, enfim, tudo o que for necessário para a execução total e completa do objeto da licitação, sem que lhe caiba, em qualquer caso, direito regressivo em relação à Companhia.

12.8. Conter declaração de que irá executar os serviços de acordo com as exigências e condições estabelecidas no Termo de Referência, constante do Anexo I deste Edital, inclusive no tocante a prazos de execução e de entrega.

12.9. Planilha de Preços elaborada em papel timbrado da licitante constando os quantitativos dos serviços a serem executados a serem fornecidos/ aplicados/instalados pela licitante com os respectivos preços unitários e total;

12.10. Indicação dos prazos de execução e vigência do contrato, conforme definido no Termo de Referência quanto aos prazos de execução dos serviços.

12.11. Para efeito de uniformização das propostas, recomenda-se utilizar o Modelo do TR ou anexo deste Edital.

12.12. No caso de discordância entre os preços unitários e o total resultante de cada item prevalecerão os primeiros e ocorrendo discordância entre os valores numéricos e os por extenso, prevalecerão estes últimos.

12.13. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

13. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DO JULGAMENTO

13.1. Encerrada a fase de julgamento da proposta, o pregoeiro e a equipe de apoio verificarão a documentação de habilitação (jurídica, fiscal e trabalhista, econômico financeira e técnica) da licitante, observado que serão exigidos os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação conforme relacionados abaixo.

13.1.1. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas do licitante vencedor, exceto quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

13.1.2. Após a apresentação dos documentos de habilitação, fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

13.1.2.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

13.1.2.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das

propostas.

13.2. Os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo definido no edital de licitação, após solicitação e com prazo mínimo definido pelo pregoeiro no sistema eletrônico, sendo prorrogável por igual período desde que justificado pelo licitante e aceito pelo pregoeiro, ou de ofício nos casos previstos neste item.

13.3. A verificação pelo pregoeiro e equipe de apoio, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

13.4. A habilitação preliminar dos licitantes será verificada por meio de consulta online ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF (habilitação parcial) e da documentação complementar especificada neste Edital, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

13.5. A documentação exigida para atender aos itens referentes à habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, e qualificação econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF (Consulta Situação de Fornecedor) como habilitação parcial.

13.6. A licitante cuja habilitação parcial no SICAF acusar no demonstrativo "Situação do Fornecedor", algum documento com validade vencida, ou com requisito exigido para habilitação neste certame e não compreendido no sistema, deverá encaminhar o respectivo documento a fim de comprovar a sua regularidade.

13.7. A exigência do subitem anterior também se aplica àquelas licitantes não cadastradas junto ao SICAF.

13.8. Os documentos apresentados para habilitação deverão estar todos em nome da matriz ou todos em nome da filial, exceto aqueles que comprovadamente só possam ser fornecidos à matriz e referir-se ao local do domicílio ou sede do interessado.

13.9. Em todas as hipóteses de apresentação dos documentos de habilitação não serão aceitos protocolos, tampouco documentos com prazo de validade vencido.

13.10. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a sua substância e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação.

13.11. Serão observadas as condições dispostas no item 11.15 na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação.

13.12. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais será exigida nos termos de regulamento específico, que disponha acerca do tratamento preferencial e simplificado, nas contratações públicas, concedido a essas entidades, consoante o disposto na Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

13.13. **DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À HABILITAÇÃO JURÍDICA, QUE CONSISTIRÁ NA FORMA A SEGUIR, BEM COMO A DOCUMENTAÇÃO CONSTANTE DO ITEM 15.1 DO TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I DO EDITAL:**

13.14. inscrição no registro público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, em caso de empresa individual;

13.14.1. ato constitutivo ou estatuto ou contrato social em vigor devidamente registrado em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus atuais administradores;

13.14.2. inscrição do ato constitutivo, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores, em caso de sociedade simples;

13.14.3. decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

13.14.4. para comprovação do ramo de atividade e do capital social, quando for o caso;

13.14.5. documento de identificação dos sócios e/ou representantes legais.

13.15. DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA, QUE CONSISTIRÁ NA FORMA A SEGUIR, BEM COMO A DOCUMENTAÇÃO CONSTANTE DO ITEM 15.3 DO TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I DO EDITAL:

13.15.1. Prova de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes (CGC/MF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF) relativo à sede da licitante;

13.15.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame.

13.15.3. Prova de regularidade perante a Fazenda Nacional mediante apresentação da certidão conjunta expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social.

13.15.4. Certificado de regularidade do FGTS - CRF emitido pela Caixa Econômica Federal - Caixa.

13.15.5. Prova de regularidade com as Fazendas Pública da sede da licitante.

13.15.6. Certidão Negativa de Débitos ou Certidão positiva com efeito de negativa, emitida pela Secretaria de Economia do Distrito Federal, em plena validade.

13.15.7. Para as empresas com sede ou domicílio fora do Distrito Federal deverá ser apresentada a declaração referida no item anterior ainda que como licitante não cadastrado no Distrito Federal Federais, em plena validade.

13.15.8. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou Certidão positiva com efeito de negativa, conforme Lei no 12.440, de 07/07/2011.

13.15.9. Observação: Os documentos deste item que não tiverem expresse o prazo de validade deverão estar datados dos últimos 60 (sessenta) dias, exceto aqueles que legalmente precisem ser apresentados em prazo inferior.

13.16. DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA, QUE CONSISTIRÁ NA FORMA A SEGUIR, BEM COMO A DOCUMENTAÇÃO CONSTANTE DO ITEM 15.4 DO TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I DO EDITAL:

13.16.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

13.16.2. O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;

13.16.3. As empresas constituídas no exercício em curso deverão apresentar cópia do balanço de abertura ou cópia do livro diário contendo o balanço de abertura, inclusive com os termos de abertura e encerramento;

13.16.4. A comprovação da boa situação da empresa será verificada através dos índices contábeis abaixo e será inabilitada a licitante que não comprová-los para o último exercício.

ILC: Índice de Liquidez Corrente igual ou superior a 1,00; ILG: Índice de Liquidez Geral igual ou superior a 1,00;

SG: Solvência Geral igual ou superior a 1,00.

Fórmulas de Cálculo:

$$ILC = AC/PC$$

$$ILG = (AC + ARLP) / (PC + P-\tilde{N}C)$$

$$SG = AT / (PC + P-\tilde{N}C)$$

Siglas:

AC = Ativo Circulante

PC = Passivo Circulante

ALP = Ativo Realizável a Longo Prazo

P-ÑC = Passivo não Circulante

AT = Ativo Total

13.17. As licitantes que apresentarem resultado menor que 1 (um), em qualquer um dos índices acima, deverão comprovar capital social ou patrimônio líquido de no mínimo 10% (dez por cento) do valor estimado do objeto deste certame, que deverá recair sobre o montante que pretenda recorrer. Para efeito de comprovação serão verificados no Balanço Patrimonial além do Ato Constitutivo Empresarial, conforme o caso, exigidos neste Edital.

13.18. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, ou liquidação judicial, ou de execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de 1 (um) ano contados da data da sua apresentação;

13.19. Às empresas em recuperação judicial, a sua participação depende de apresentação do plano de recuperação judicial devidamente homologado pelo Poder Judiciário e que comprove que as obrigações estão sendo todas cumpridas.

13.20. DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, QUE CONSISTIRÁ NA FORMA A SEGUIR, BEM COMO A DOCUMENTAÇÃO CONSTANTE DO ITEM 15.8 DO TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I DO EDITAL:

13.21. De maneira a comprovar sua qualificação técnica para participação no certame, os licitantes deverão cumprir as seguintes exigências: apresentar Atestado (s) de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito Público ou Privado, em nome da empresa licitante, em papel timbrado devidamente assinado e com identificação do emitente. O (s) atestado (s) deverá (ão):

13.22. Para o fornecimento dos serviços constante do escopo do Termo de Referência anexo I deste Edital, a empresa a empresa deve ter experiência comprovada com a apresentação de Atestado de Capacidade Técnica - ACT, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem a aptidão operacional da empresa, semelhantes ou de igual complexidade, por meio de (01) um ou mais atestados de capacidade técnica, expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, idônea, estabelecida em território nacional;

13.22.1. No caso de apresentação de mais de 1 (um) atestado, a verificação da compatibilidade será efetuada pela área técnica considerando o descrito em cada documento.

13.22.2. Serão aceitos somatórios de atestados para comprovação de capacidade técnica;

13.22.3. Se emitido (s) por pessoa jurídica de direito público deverá (ão) ser assinado (s) pelo responsável do setor competente do Órgão, devidamente identificado (nome, cargo, CPF ou matrícula);

13.22.4. No caso de emitido por empresa da iniciativa privada, não será considerado aquele emitido por empresa pertencente ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente;

13.23. Será permitido o somatório de atestados para comprovação da área mínima exigida, desde que os contratos que lhes deram origem tenham sido executados de forma concomitante.

13.24. Todos os Atestados de Capacidade Técnica deverão ser apresentados com todas as informações legíveis.

13.25. Todos os documentos apresentados deverão estar:

13.25.1. em nome da licitante e preferencialmente com o número do CNPJ e endereço respectivo;

13.25.2. em nome da matriz/sede;

13.25.3. se a licitante for filial, todos os documentos deverão ser apresentados em nome da matriz/sede e da filial simultaneamente.

13.25.4. serão dispensados de serem apresentados com os dados da filial aqueles documentos que,

pela própria natureza, comprovadamente, só possam ser emitidos em nome da matriz/sede.

13.26. Deverão ser rigorosamente atendidos os requisitos de qualificação técnica estabelecidos no item 15 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

13.27. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

14. DAS DECLARAÇÕES

14.1. Como condição de habilitação o licitante deverá, se satisfizer as condições, declarar em campo próprio do sistema eletrônico Comprasgov, bem como, preencher e enviar as declarações específicas que se referem aos normativos do Distrito Federal, conforme relação a seguir, bem como todas as declarações constantes do Termo de Referência - TR, solicitadas, indicadas ou mencionadas no TR:

14.2. Declaração de Inexistência de Fatos impeditivos, em que declarará, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores .

14.3. Declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital.

14.4. Declaração que não utiliza mão de obra infantil no fornecimento do serviço objeto desta licitação, nos termos da Lei Distrital nº 5.061 de 08 de março de 2013.

14.5. Declaração Lei 6.679/2020 Equidade Salarial;

14.6. Declaração referente ao cumprimento do Decreto Distrital 39.860/2019, de 30/05/2019, e suas alterações.

14.7. O licitante deverá apresentar todos os anexos constantes do Edital e Termo de Referência, devidamente assinadas pelo representante legal sob pena de desclassificação. Não serão aceitos declarações ou documentos apócrifos.

14.8. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

15. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS, DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

15.1. Declarado o vencedor, o Pregoeiro concederá o prazo de no mínimo 10 (dez) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, devendo registrar sua intenção em campo próprio do sistema.

15.2. O interessado deverá, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da lavratura da ata, apresentar as razões do recurso, pelo sistema eletrônico.

15.3. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de 3 (três) dias, contado da data final do prazo do recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

15.4. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos que não puderem ser aproveitados.

15.5. Não serão conhecidos os recursos apresentados intempestivamente.

15.6. A falta de manifestação imediata da intenção de interpor recurso, no momento da sessão do pregão, implicará decadência do direito da licitante de recorrer, podendo o pregoeiro propor a adjudicação do (s) objeto (s) à(s) vencedora(s).

15.7. Apresentados os recursos tempestivamente, caberá ao Pregoeiro receber, examinar e instruir os recursos impetrados contra suas decisões, no prazo de 05 (cinco) dias e a autoridade competente desta Companhia à decisão final sobre os recursos contra atos do Pregoeiro, quando este mantiver sua decisão nos termos do RILC/Codhab e da legislação vigente.

15.8. Na ausência de recurso, caberá ao pregoeiro encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a adjudicação do objeto e homologação.

15.9. A adjudicação será realizada pelo valor global do item, para a licitante vencedora que ofertar o menor valor global.

15.10. A adjudicação e homologação do Pregão Eletrônico compete exclusivamente à autoridade competente.

15.11. Homologada a licitação pela autoridade competente, o adjudicatário será convocado para assinatura do contrato no prazo e condições definidos neste edital.

16. DA CONTRATAÇÃO

16.1. O fornecedor será convocado para assinar ou receber o respectivo instrumento equivalente, dentro do prazo e condições estabelecidos, sob pena de recair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei no Regulamento Interno desta Companhia e pela Lei Federal nº 13.303/2016 e alterações subsequentes.

16.2. Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato, ou instrumento equivalente, ou deixar de entregar a documentação exigida neste Edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará sujeito às sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

16.3. O prazo para assinatura do contrato, ou instrumento equivalente será de acordo com o Termo de Referência anexo I deste Edital, a partir a intimação do adjudicatário, podendo ser prorrogado uma vez por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Codhab.

16.4. A recusa em assinar o contrato, sem motivo justificado, devidamente aceito pela CODHAB, implica as sanções cabíveis à espécie.

16.5. O instrumento contratual poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer fatos estipulados no Art. 81 da Lei nº 13.303/2016, no RILC desta Companhia.

16.6. Quando do contrato, será exigido da licitante vencedora, a apresentação da inscrição no Cadastro Fiscal do Distrito Federal – CF/DF, como contribuinte do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, para empresa estabelecida em outra unidade da federação, sem filial no Distrito Federal, nos termos da Lei nº. 5.319, de março de 2014.

16.7. Em cumprimento ao Decreto Distrital nº 43.982/2022, para emissão das Notas Fiscais a contratada deverá considerar o cadastro fiscal desta Codhab perante ao Distrito Federal (CF/DF), sob o nº 08.278.776/001-82.

16.8. Por ocasião da celebração do contrato e quando couber conforme disposto no Termo de Referência, a licitante vencedora deverá a prestação de uma das seguintes garantias:

16.8.1. caução em dinheiro,

16.8.2. seguro-garantia;

16.8.3. fiança bancária.

16.9. A garantia não excederá a 2% (dois por cento) do valor do contrato e terá seu valor atualizado nas mesmas condições nele estabelecidas, ressalvado o previsto no § 3º do art. 70 da Lei nº 13.303/2016.

16.10. A fiança bancária formalizar-se-á através de carta de fiança fornecida por instituição financeira que, por si ou pelos acionistas detentores de seu controle, não participem do capital ou da direção da licitante vencedora, sendo indispensável expressa renúncia, pelo fiador, aos benefícios do artigo 827, do Código Civil de 2002.

16.11. Toda e qualquer garantia prestada pela licitante vencedora:

16.11.1. somente poderá ser levantada após a extinção do contrato, e quando em dinheiro, atualizada monetariamente;

16.11.2. poderá, a critério desta Companhia, ser utilizada para cobrir eventuais multas e/ou para cobrir o inadimplemento de obrigações contratuais, sem prejuízo da indenização eventualmente cabível. Nesta hipótese, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos após o recebimento da notificação

regularmente expedida, a garantia deverá ser reconstituída;

16.11.3. ficará retida no caso de rescisão contratual, até definitiva solução das pendências administrativas ou judiciais.

16.11.4. Sem prejuízo das sanções previstas na lei e neste Edital, a não prestação da garantia exigida será considerada inexecução contratual.

16.11.5. A licitante contratada deverá apresentar a comprovação ou o compromisso de adoção de mecanismos para garantir a equidade salarial entre homens e mulheres com o mesmo cargo, atribuições e tempo de serviço, e com grau de instrução igual ou equivalente, conforme estabelecido na Lei nº. 6.679, de 24 de setembro de 2020.

16.11.6. A comprovação referente ao cumprimento da equidade salarial será apresentada no prazo de 5 (cinco) dias consecutivos, contado da assinatura do contrato e prorrogável, justificadamente, por igual período e uma única vez.

16.11.6.1. A empresa que não conte com mecanismos de garantia de equidade salarial no ato do chamamento para assinatura do contrato pode apresentar, no mesmo prazo estabelecido no item anterior, plano para adoção das ações elencadas no inciso II, do art. 2º, da Lei nº 6.679, de 24 de setembro de 2020, ou outras que visem ao alcance do mesmo objetivo, com prazo para implantação de no máximo 90 (noventa) dias consecutivos.

16.12. A execução do Contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes supletivamente, os princípios de teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, no RILC desta Companhia, na Lei 13.303/16.

16.13. É facultado à Codhab, quando o convocado não assinar o termo de contrato no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação, conforme o disposto no RILC desta Companhia.

16.14. A recusa injustificada do licitante vencedor em assinar o Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela CODHAB, caracteriza o descumprimento, sujeitando o infrator às penalidades legalmente estabelecidas no Regulamento Interno de Licitações desta Companhia, na Lei 13.303/16.

16.15. A inexecução parcial ou total do contrato, de acordo com o RILC desta Companhia e a Lei 13.303/2016, ensejará a sua rescisão e a penalização da empresa nos termos deste Edital.

16.16. O critério para repactuação, quando couber, deverá demonstrar a variação analítica dos componentes dos custos do contrato, devidamente justificada, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, que reflitam a variação dos insumos utilizados, desde a data prevista para apresentação da proposta, até a data do adimplemento de cada parcela.

16.17. Será designado um executor para o contrato, ao qual serão incumbidas as atribuições contidas nas Normas de Execução Orçamentária e Financeiras vigentes (Decreto n.º 32.598/2010).

16.18. É expressamente proibido o uso de mão de obra infantil na prestação dos serviços objeto desta licitação, nos termos da Lei Distrital nº 5.061 de 08 de março de 2013.

17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE

17.1. As obrigações da Contratada e da Contratante são as estabelecidas nos itens 13 e 14 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital, bem como no contrato administrativo ou instrumento equivalente.

17.2. À CONTRATADA recomenda-se, antes da licitação:

17.3. Vistoriar o local de entrega dos serviços objeto da licitação, devendo verificar todos os seus aspectos quantitativos e qualitativos, bem como as condições necessárias para sua execução, tais como características de acesso, etc.;

17.4. Compete à CONTRATADA fazer minucioso estudo, verificação e comparação de todos os componentes integrantes da documentação técnica fornecida pela Codhab para o fornecimento dos serviços, bem como as demais documentações fornecidas nos anexos.

17.5. Dos resultados desta verificação preliminar, que será feita antes da licitação deverá a

licitante dar imediata comunicação por escrito à Codhab, apontando dúvidas e/ou irregularidades que tenha observado nos documentos, inclusive sobre qualquer transgressão às normas técnicas, regulamentos ou leis em vigor, de forma a serem sanados os erros, omissões ou discrepâncias que possam trazer embaraços ao perfeito fornecimento dos serviços pleiteados.

17.6. Fica pressuposta a concordância tácita de todas as condições e conhecimento sobre a região de fornecimento da execução dos serviços e de conhecimento pleno dos projetos e especificações, não cabendo qualquer alegação posterior sobre divergências entre os mesmos.

17.7. Caberá à CONTRATADA o fornecimento, por todo o período em que se fizer necessário, da totalidade do ferramental, mão-de-obra, máquinas e aparelhos, inclusive sua manutenção, substituição, reparo e seguro, visando o andamento satisfatório do objeto e a sua conclusão no prazo fixado em Contrato.

17.8. A Contratada responderá única e integralmente pelo fornecimento dos serviços pelos seus empregados, na forma da legislação em vigor.

17.9. A CONTRATADA responsabilizar-se-á por:

17.9.1. Danos ou prejuízos causados direta ou indiretamente ao Governo do Distrito Federal, ou a terceiros;

17.9.2. Infrações ou multas decorrentes da inobservância de quaisquer regulamentos ou legislação específica vigentes no Distrito Federal, no que se refere aos serviços contratados.

17.10. Também deverá observar as obrigações previstas no item 13 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

17.11. Caberá à Contratante nomear executor (es) do Contrato a ser celebrado com a empresa de no mínimo 01 (um) titular e 01 (um) suplente.

17.12. A presença de servidores da Codhab /DF durante a execução dos serviços, quaisquer que sejam os atos praticados, não implicará em solidariedade ou corresponsabilidade com a CONTRATADA, que responderá única e integralmente pelo fornecimento/ execução do serviço na forma da legislação em vigor.

17.13. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes às normas internas da Codhab quanto ao uso de suas instalações, caso venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA.

17.14. Esclarecer eventuais dúvidas sobre detalhes dos fornecimentos/ serviços a serem executados e possíveis interferências que porventura não tenham sido suficientemente esclarecidas ou previstas;

17.15. Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA às suas dependências, sempre que necessário à entrega/execução dos serviços, nos horários previamente acordados;

17.16. Solicitar reparo, correção, remoção, substituição, alteração e/ou refazimento dos serviços não aprovados pela FISCALIZAÇÃO;

17.17. Notificar, por escrito, a CONTRATADA a ocorrência de quaisquer imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para sua correção.

17.18. Comunicar oficialmente a CONTRATADA quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato;

18. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

18.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto estão previstos no item 09, combinado com os itens 11 e 12, do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

19. DO PAGAMENTO

19.1. A Contratada deverá cumprir o estabelecido no item 16 do Termo de Referência, e para efeito de pagamento, a CONTRATADA, também, deverá apresentar os documentos abaixo relacionados:

19.1.1. Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (Anexo XI da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 2.5.2007), observado o disposto no art. 4º do Decreto nº6.106, de 30.4.2007;

- 19.1.2. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei n.º 8.036/90);
- 19.1.3. Certidão de Regularidade com a Fazenda do Distrito Federal;
- 19.1.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pela Justiça do Trabalho, conforme determina a Lei 12.440, de 07 de Julho de 2011.
- 19.1.5. Certidão de Negativa, referente a Débitos junto à União;
- 19.2. Serão aceitas as Certidões Positivas de Efeitos Negativas nos casos previstos na legislação pátria.
- 19.3. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de apresentação da Nota Fiscal, desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação de pagamento.
- 19.4. Passados 30 (trinta) dias sem o devido pagamento por parte da Administração, a parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento de acordo com a variação “pro rata tempore” do IPCA.
- 19.5. Nenhum pagamento será efetuado à licitante enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso).
- 19.6. Caso haja multa por inadimplemento contratual, será adotado o seguinte procedimento:
- 19.7. Caso o valor a ser aplicado supere o valor da garantia contratual a CODHAB/DF tomará outras medidas cabíveis, tais como, glosa ou medidas judiciais cabíveis e aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CODHAB/DF, por até 02 (dois) anos.
- 19.8. A multa será formalizada conforme art.180 do RILC/Codhab e na forma da Lei nº 13.303/2016 oferecido à contratada a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da notificação.
- 19.9. As empresas com sede ou domicílio no Distrito Federal, com créditos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), os pagamentos serão feitos exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário junto ao Banco de Brasília S/A – BRB. Para tanto deverão apresentar o número da conta corrente e agência onde deseja receber seus créditos, de acordo com o Decreto n.º 32.767 de 17/02/2011, publicado no DODF nº 35, pág.3, de 18/02/2011.
- 19.10. Também deverão ser consideradas as especificidades do item 16 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 20.1. As licitantes e/ou contratadas que não cumprirem integralmente as obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, estão sujeitas às sanções em conformidade com o RILC/Codhab e com a Lei 13.303/16 bem como aquelas previstas nos anexos deste Edital;
- 20.2. Independentemente das sanções legais cabíveis, regulamentadas pelo RILC/Codhab e suas alterações, previstas neste Edital, a licitante e/ou contratada ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados à Codhab pelo descumprimento das obrigações licitatórias e/ou contratuais.
- 20.3. Qualquer pessoa física ou jurídica que praticar atos em desacordo com o Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CODHAB/DF - RILC e pela inexecução total ou parcial do contrato, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, mediante o devido processo administrativo, garantida a prévia defesa, sujeitar-se às seguintes sanções:
- 20.3.1. Advertência;
- 20.3.2. Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;
- 20.3.3. Suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CODHAB/DF, por até 02 (dois) anos;
- 20.4. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos

eventualmente devidos pela empresa pública ou pela sociedade de economia mista ou cobrada judicialmente;

20.5. As sanções previstas nos incisos I e III deste artigo poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, devendo a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis;

20.6. A sanção de advertência é cabível sempre que o ato praticado, ainda que ilícito, não seja suficiente para acarretar danos à CODHAB/DF, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente, ou a terceiros;

20.7. A aplicação da sanção de advertência importa na comunicação desta à contratada, devendo ocorrer o seu registro junto ao Cadastro Corporativo da CODHAB/DF, independentemente de tratar-se de pessoa cadastrada, ou não;

20.8. A reincidência da sanção de advertência, poderá ensejar a aplicação de penalidade de suspensão;

20.9. A multa poderá ser aplicada nos seguintes casos:

20.9.1. Em decorrência da interposição de recursos meramente procrastinatórios, poderá ser aplicada multa correspondente a até 5% do valor máximo estabelecido para a licitação em questão;

20.9.2. Em decorrência da não regularização da documentação de habilitação, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar federal nº 123/2006, conforme previsto no instrumento convocatório e contratual, poderá ser aplicada multa correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor máximo estabelecido para a licitação em questão;

20.9.3. Pela recusa em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo instrumento convocatório, poderá ser aplicada multa correspondente a 5% (cinco por cento) do valor máximo estabelecido para a licitação em questão;

20.9.4. No caso de atraso na entrega da garantia contratual, quando exigida, o instrumento convocatório deverá prever, mediante competente justificativa, a incidência de multa correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor total do contrato;

20.9.5. Nos demais casos de atraso, o instrumento convocatório deverá prever, mediante competente justificativa, a incidência de multa nunca inferior a 5% (cinco por cento) ou superior a 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente do contrato;

20.9.6. No caso de inexecução parcial, o instrumento convocatório deverá prever, mediante competente justificativa, a incidência de multa nunca inferior a 10% (dez por cento) ou superior a 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente do contrato;

20.9.7. No caso de inexecução total, o instrumento convocatório deverá prever, mediante competente justificativa, a incidência de multa nunca inferior a 20% (vinte por cento) ou superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente do contrato;

20.9.8. Ocorrendo uma infração contratual apenas com a sanção de multa a contratada deverá ser formalmente notificada para apresentar defesa prévia;

20.9.9. Havendo concordância da contratada quanto aos fatos e a incidência da multa, encerra-se o processo com a efetiva aplicação, com sua formalização através de apostilamento e comunicação ao Cadastro Corporativo da CODHAB/DF para fins de registro;

20.9.10. O não pagamento da multa ensejará a execução da garantia contratual, proporcionalmente;

20.10. Caso o valor a ser aplicado supere o valor da garantia contratual a CODHAB/DF tomará outras medidas cabíveis, tais como, glosa ou medidas judiciais cabíveis e aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CODHAB/DF, por até 02 (dois) anos;

20.11. Cabe a sanção de suspensão em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado dano à CODHAB/DF, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros;

20.12. Conforme a extensão do dano ocorrido ou passível de ocorrência, a suspensão poderá ser

branda (de 01 a 06 meses), média (de 07 a 12 meses), ou grave (de 13 a 24 meses);

20.13. O prazo da sanção a que se refere o caput deste artigo terá início a partir da sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal;

20.14. A sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar importa, durante sua vigência, na suspensão de registro cadastral, se existente, ou no impedimento de inscrição cadastral;

20.15. Se a sanção de que trata o caput deste artigo for aplicada no curso da vigência de um contrato, a CODHAB/DF poderá, a seu critério, rescindi-lo mediante comunicação escrita previamente enviada ao contratado, ou mantê-lo vigente;

20.16. A reincidência de prática punível com suspensão, ocorrida num período de até 02 (dois) anos a contar do término da primeira imputação, implicará no agravamento da sanção a ser aplicada;

20.17. Estendem-se os efeitos da sanção de suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com a CODHAB/DF às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos celebrados:

20.18. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

20.19. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

20.20. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a CODHAB/DF em virtude de atos ilícitos praticados;

20.21. As práticas enquadradas que tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação., conforme disposto no Código de Conduta das Empresas Fornecedores da CODHAB/DF e nos termos do Decreto Distrital nº 37.296/2016, além de acarretarem responsabilização administrativa e judicial da pessoa jurídica, implicará na responsabilidade individual dos dirigentes das empresas contratadas e dos administradores/gestores, enquanto autores, coautores ou partícipes do ato ilícito;

20.22. A aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CODHAB/DF, por até 02 (dois) anos será registrada no cadastro de empresas inidôneas de que trata o art. 23 da Lei federal nº 12.846/2013 e demais normas distritais que regem a matéria;

20.23. As sanções devem ser aplicadas conforme as disposições do Anexo III do RILC/Codhab, que disciplina o Procedimento Sancionatório.

20.24. Na aplicação das sanções deverão ser consideradas as seguintes condições:

20.25. Razoabilidade e proporcionalidade entre a sanção, a gravidade da infração e o vulto econômico da contratação;

20.26. Danos resultantes da infração;

20.27. Situação econômico-financeira da sancionada, em especial sua capacidade de geração de receitas e seu patrimônio, no caso de aplicação de multa;

20.28. Reincidência, assim entendida a repetição de infração de igual natureza; e

20.29. Outras circunstâncias gerais agravantes ou atenuantes em face do caso concreto.

21. CLÁUSULA – DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA DO OBJETO

21.1. É vedada à contratada a subcontratação, cessão, transferência ou qualquer forma de delegação, total ou parcial, conforme especificado nos itens 22, e 23 do Termo de Referência – Anexo I deste Edital, devendo ser observadas todas as demais exigências e condicionantes nele estabelecidas sobre subcontratação das obrigações decorrentes do contrato, salvo quando expressamente autorizada pela CODHAB/DF e desde que haja previsão.

21.1.1. A execução indireta ou por terceiros somente poderá ocorrer mediante autorização formal e motivada da Administração, condicionada ao atendimento integral das disposições constantes deste Edital, da minuta contratual e das obrigações específicas previstas no Termo de Referência relativas à subcontratação, inclusive quanto aos limites, responsabilidades e procedimentos de fiscalização.

21.1.2. A inobservância do disposto nesta cláusula caracteriza falta grave, podendo ensejar a imediata rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no RILC/CODHAB, na legislação vigente e neste Edital.

21.1.3. Esta vedação atende ao disposto da Lei nº 13.303/2016, que condiciona a subcontratação à previsão no edital e à autorização expressa da Administração, permanecendo vedada qualquer transferência de obrigações que comprometa a execução direta e a responsabilidade da contratada perante a CODHAB/DF.

22. DO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS E RESPONSABILIZAÇÕES

22.1. A LICITANTE obriga-se durante a participação de todas as fases do certame, a atuar em conformidade com a Legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e dados pessoais sensíveis, em especial a regulamentos e a Lei nº 13.709/2018, empenhando-se em proceder a todo tratamento de dados pessoais que venha a mostrar-se necessário, em conformidade com este edital e o cumprimento do item 11 do Termo de Referência anexo do Edital.

22.2. A LICITANTE declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e deverá garantir, por seu representante legal e/ou pelo seu procurador, a confidencialidade dos dados pessoais a que tem acesso, deverá zelar e responsabilizar-se pela proteção dos dados e privacidade, respondendo pelos danos que possa causar.

22.3. É vedado a LICITANTE a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência do certame, para finalidade distinta da participação deste. As Partes deverão, nos termos deste instrumento, cumprir com suas respectivas obrigações que lhes forem impostas de acordo com regulamentos e leis aplicáveis à proteção de dados pessoais.

22.4. A LICITANTE fica obrigada a notificar a Codhab, em até 24 (vinte e quatro) horas a respeito de qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação, qualquer não cumprimento (ainda que suspeito) das disposições legais relativas à proteção de Dados Pessoais ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

22.5. As partes, em razão das infrações cometidas às normas previstas, ficam sujeitas as sanções administrativas, cíveis e criminais aplicáveis, por qualquer ação ilícita, que causar danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais.

22.6. A LICITANTE será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta à Codhab e/ou a terceiros, diretamente resultantes do descumprimento pela LICITANTE de qualquer das cláusulas previstas neste edital quanto a proteção e uso dos dados pessoais.

22.7. As partes cooperarão entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas e Órgãos de controle administrativo.

22.8. As cláusulas de proteção de dados deste edital, permanecem durante toda execução do objeto ora licitado, sem prejuízo de novas cláusulas definidas no instrumento contratual resultante deste certame, na medida de abrangência dentro de seu escopo, e, ainda que encerrada vigência do instrumento contratual, os deveres previstos devem ser observados pelas partes, por prazo indeterminado, sob pena de responsabilização.

22.9. Por ocasião da assinatura do contrato, a(s) LICITANTE(S) vencedora(s) do certame, deverá seguir um conjunto de premissas, políticas, especificações técnicas, devendo estar alinhadas com a legislação vigente e as melhores práticas de mercado, afim de assegurarem adequado nível de segurança em relação aos possíveis riscos gerados pelo tratamento de dados pessoais, na sua estrutura organizacional.

23. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

23.1. Todo e qualquer pedido e alteração do Contrato, oriundo deste Edital, será dirigido à autoridade responsável por sua emissão, a quem caberá o deferimento ou não do pedido.

- 23.2. Quando ocorrer discordância ou inversão de numeração de itens, poderá o (a) pregoeiro (a), fazer as correções que julgar necessárias para o seu aproveitamento, no interesse da Codhab.
- 23.3. A(s) licitante(s) vencedora(s) ficará (ão) obrigada(s) a prestar os serviços descritos no Contrato, no local nela indicado, sem que isso implique em acréscimo nos preços constantes das propostas;
- 23.4. A autoridade competente poderá, em qualquer fase do processo licitatório desclassificar a proposta da licitante que for declarada inidônea na área da Administração Pública em todas as unidades e esferas da Federação.
- 23.5. Ao Diretor Presidente da Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal, fica reservado o direito de revogar a licitação por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, e o dever de anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, nos termos do artigo 62 da Lei nº 13.303/2016.
- 23.6. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso (Lei nº. 13.303/2016, art. 81, § 5º).
- 23.7. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 23.8. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 23.9. A licitante vencedora fica obrigada a respeitar os termos estipulados no Decreto nº 38.365 de 2017, que regulamenta a Lei nº 5.448 de 2015, que proíbe conteúdo discriminatório contra a mulher.
- 23.10. Deverão ser observadas as práticas de prevenção e apuração de denúncias de assédio moral ou sexual, nos termos estipulados no Decreto nº 44.701, de 05 de julho de 2023.
- 23.11. A contratada deverá observar a disposição da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, comprometendo-se a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis repassados em decorrência da execução do contrato.
- 23.12. A contratada deverá ter ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e, se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados.
- 23.13. Deverão ser observadas as boas práticas para o Desenvolvimento Social e Ambientalmente Sustentável e de Governança Corporativa, além de Transparência e Integridade nas Licitações e Contratações Públicas.
- 23.14. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 23.15. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, independentemente de comunicação às interessadas.
- 23.16. O resultado de julgamento do certame estará disponível no sistema Comprasgov.
- 23.17. O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o de Brasília – DF, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
- 23.18. Os casos omissos e demais dúvidas suscitadas serão dirimidas pelo (a) Pregoeiro (a), pelo endereço eletrônico licitacoes@codhab.df.gov.br.
- 23.19. É proibido a qualquer empresa participante tentar impedir o curso normal do presente processo licitatório mediante a utilização de recursos ou de meios meramente protelatórios, sujeitando-se o autor às sanções legais e administrativas aplicáveis, conforme legislação vigente.

23.20. Nenhuma indenização será devida às empresas participantes pela elaboração de proposta ou apresentação de documentos relativos à licitação.

23.21. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

23.22. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.23. As normas que disciplinam este certame serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

24. DOS ANEXOS

24.1. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

24.1.1. ANEXO I – Termo de Referência

24.1.2. ANEXO II – Análise de Riscos

24.1.3. ANEXO III: Modelo de proposta de preços

24.1.4. ANEXO IV: Minuta de Contrato

24.1.5. ANEXO V: Modelo de declaração ME/EPP

24.1.6. ANEXO VI: Modelo de declaração de inexistência de fatos impeditivos

24.1.7. ANEXO VII: Modelo de declaração de que a empresa não utiliza mão-de-obra direta ou indireta de menores - lei 5061, de 8 de março de 2013

24.1.8. ANEXO VIII: Modelo de declaração de que cumpre os requisitos de habilitação

24.1.9. ANEXO IX: Modelo de declaração lei 6.679/2020 equidade salarial; e

24.1.10. ANEXO X: Modelo de declaração decreto 39.860/2019

Brasília, de janeiro de 2026.



Documento assinado eletronicamente por **GLAUBER TEODORO FARIA - Matr.0001355-2, Chefe da Comissão Permanente de Licitação**, em 05/02/2026, às 09:14, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=193441396 código CRC= **CFE73C23**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
SCS Quadra 06 Bloco A Lotes 12/13 - Bairro Asa Sul - CEP 70306-918 -
Telefone(s):
Sítio - www.codhab.df.gov.br

Termo de Referência n.º 2/2026 - CODHAB/PRESI/DIFIN/GECOT

Termo de Referência

1. DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem como objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos de Auditoria Independente Externa, para realização de:

1.1.1. Auditorias trimestrais, com emissão de relatórios e pareceres de revisão das demonstrações financeiras, contábeis, fiscais, de recursos humanos e de controles internos da CODHAB;

1.1.2. Auditoria anual, com emissão de relatório e parecer sobre as Demonstrações Financeiras, Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa e demais peças obrigatória, em conformidade com a legislação aplicável.

2. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO A SER CONTRATADO

2.1. Prestação de serviços técnicos de Auditoria Independente Externa, que consiste na análise trimestral e anual com emissão de pareceres sobre a gestão contábil, fiscal, financeira, orçamentária, patrimonial, pessoal e prestação de contas da Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal – CODHAB/DF, localizada no SCS Quadra 06, Bloco A Lotes 12/14, Brasília-DF, de acordo com as especificações e detalhamentos consignados neste Termo de Referência.

3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

3.1. A auditoria independente externa promove para a Administração Pública inúmeras vantagens, como a melhoria na eficiência da aplicação do sistema de controles internos; correção dos registros contábeis; aprimoramento das práticas internas a ponto de dificultar eventuais desvios; apuração de omissões no registro das receitas, na realização oportuna de créditos ou na liquidação de débitos; obtenção de melhores informações sobre a real situação econômica, patrimonial e financeira.

3.2. A Contratação de empresa especializada em serviços técnicos de Auditoria Independente Externa deverá ser realizada por Empresas de Auditoria ou Auditor Independente, devidamente registrados na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, a realização de auditoria independente se torna obrigatório por força do que determinam o disposto na Lei nº 6.404, Art.163, § 5º, de 15 de dezembro de 1976, Lei nº 13.303, Capítulo II, Seção I, Art. 7º de 30 de junho de 2016 e a Resolução 296/2016 - TCDF, de 15 de setembro de 2016, para a emissão de relatório para a composição da prestação de Contas Anual.

3.3. Os serviços técnicos de auditoria independente tem por finalidade atestar, por meio de técnicas específicas, a adequação dos atos e fatos que modificam a situação patrimonial da CODHAB-DF, servindo de subsídio aos Órgãos Colegiados, de Controle e de Gestão, no que tange à aprovação das Demonstrações Contábeis dos exercícios anuais.

3.4. A contratação dos serviços técnicos de auditoria independente externa especificados no presente Termo, além de estar seguindo os diplomas legais que regem as atividades das empresas dependentes, têm por objetivo dar transparência às relações econômicas desenvolvidas pela Companhia de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e de suas normas técnicas; promovendo a eficiência administrativa e garantindo a autonomia administrativa, financeira, patrimonial e operacional.

3.5. A realização de **auditorias trimestrais**, com emissão de relatórios e pareceres de revisão

das demonstrações **financeiras, contábeis, fiscais, de recursos humanos e de controles internos**, bem como a **auditoria anual** com emissão de relatório e parecer sobre as Demonstrações Financeiras (Balanço Patrimonial, DRE, DMPL, DFC e demais peças obrigatórias), **eleva o nível de governança, tempestividade das correções e transparência**. Do ponto de vista normativo, permanece aplicável a obrigação/boas práticas de auditoria independente em empresas estatais, conforme fundamentos (Lei nº 6.404/1976, art. 163, §5º; Lei nº 13.303/2016; e Resolução TCDF nº 296/2016), bem como a exigência de execução por empresa de auditoria ou auditor independente registrada na CVM e para garantir a continuidade e o aperfeiçoamento do sistema de controles, a conformidade das demonstrações e a prestação de contas tempestiva aos órgãos de governança.

3.6. Portanto, conclui-se que a execução do objeto pretendido possui um papel de extrema relevância para a Companhia e para a sociedade em geral, uma vez que certifica de forma independente a exatidão dos registros e controles executados com vistas a correta gestão do Conselho, agregando ainda, por intermédio dos seus relatórios trimestrais e parecer anual, credibilidade às demonstrações contábeis.

3.7. Por fim, este Termo de Referência expressa a preocupação da CODHAB em agir com transparência na condução do referido processo e em oferecer aos interessados todas as informações necessárias para que possam compreender suas dimensões institucional e administrativa.

3.8. Os benefício da contratação:

3.8.1. Melhorias em todos os processos internos de onde derivem dados e/ou informações para a Contabilidade;

3.8.2. Melhorias constantes nos processos de controle e registro contábeis; e

3.8.3. Soluções plenamente integradas por um conjunto de técnicos e profissionais altamente especializados e permanentemente treinados e atualizados.

4. **DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL**

4.1. A presente contratação está prevista no Plano de Contratações Anual sob o ID nº 3.3.90.39.05.00.002.12864

5. **DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

5.1. A presente licitação deverá ser na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**. Poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, uma vez que é serviço comum, cujos padrões de desempenho e qualidade são objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

5.2. A presente contratação adotará como regime de execução a empreitada por preço global. O critério de julgamento das propostas na licitação será através do modo de disputa aberto de menor preço, conforme determina o art. 54 do RILC, e no fiel atendimento ao exigido neste Termo de Referência;

5.3. Nos termos do artigo 6º do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CODHAB (RILC), o valor estimado da licitação será sigiloso, facultando-se, porém, que seja divulgado, desde que conste a devida justificativa;

5.3.1. Conforme análise constante do Parecer Referencial SEI-GDF nº 10/2020 – PGDF/PGCONS, cabe ao gestor motivar a escolha pelo sigilo do orçamento-base, considerando as circunstâncias e características do objeto de cada uma das licitações;

5.3.2. Nesse sentido, o primeiro aspecto a consignar é que, a manutenção do sigilo terá eficácia, uma vez que os orçamentos se baseiam em valores de mercado e preços públicos;

5.3.3. Portanto, sugere-se que a licitação seja realizada por meio da modalidade Pregão com julgamento pelo critério de menor preço. A estimativa de custo da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

5.4. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

6. **FORMA DE ADJUDICAÇÃO**

6.1. O objeto deste Pregão Eletrônico será adjudicado por valor global à LICITANTE vencedora, conforme estabelecido neste Termo de Referência.

7. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICA/QUANTIDADES DO OBJETO

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE ANUAL ESTIMADA	VALOR ESTIMADO
01	SERVIÇOS TÉCNICOS DE AUDITORIA INDEPENDENTE EXTERNA TRIMESTRAL, COM ESCOPO FISCAL, CONTÁBIL, FINANCEIRO, ADMINISTRATIVO E DE RECURSOS HUMANOS, COM EMISSÃO DE RELATÓRIOS TRIMESTRAIS.	SERVIÇO	04	R\$
02	SERVIÇOS TÉCNICOS DE AUDITORIA INDEPENDENTE EXTERNA ANUAL, COM ESCOPO FISCAL, CONTÁBIL, FINANCEIRO, ADMINISTRATIVO E DE RECURSOS HUMANOS, COM EMISSÃO DE PARECER ANUAL DE AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E FINANCEIRAS.	SERVIÇO	01	R\$

7.1. Os valores apresentados pelas licitantes em suas propostas deverão contemplar seus impostos, tributos, custos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, frete, deslocamento de pessoal e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o valor do item.

8. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS E PRAZOS

8.1. Os serviços deverão ser prestados com estrita observância das normas brasileiras de auditoria, incluindo testes nos registros contábeis e demais procedimentos de auditoria julgados indispensáveis à fundamentação da opinião final e do parecer emitido pela CONTRATADA quanto à exatidão e à propriedade das Demonstrações Financeiras e Contábeis e operações da CONTRATANTE, de acordo com as práticas contábeis brasileiras, com as normas emanadas pelo Conselho Federal de

Contabilidade - CFC, pelo Instituto de Auditores Independentes do Brasil - IBRACON, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, e no que couber.

8.2. O período a ser auditado é de janeiro a dezembro de 2025, podendo o contrato de prestação de serviço ser prorrogado;

8.3. As análises das demonstrações financeiras e contábeis, deverão ser apresentadas de forma TRIMESTRAL e ANUAL, respectivamente, em relatórios e parecer:

8.3.1. Para o período anual, as demonstrações financeiras e contábeis do exercício, compreendendo as Notas Explicativas, deverão ser entregues a CONTRATADA até o 5º dia útil do mês de fevereiro do exercício seguinte, e a entrega dos relatórios e parecer de auditoria, deverão ser entregues a CONTRATANTE até o dia 31 do mês de Março do exercício seguinte, após o fechamento de cada exercício contábil; e

8.3.2. E para o período trimestral, as solicitações de Auditoria que precederem o início dos trabalhos de campo, deverão ser entregues a CONTRATADA no primeiro dia útil do segundo mês ao trimestre encerrado, e os relatórios de auditoria deverão ser entregues a CONTRATANTE no último dia útil do segundo mês ao trimestre encerrado.

8.4. Revisão especial no que for aplicável e exame das demonstrações contábeis.

8.5. Exame da documentação comprobatória dos recebimentos e pagamentos efetuados nesse período, atentando para os aspectos relacionados à autenticidade dos gastos, aprovações em observância das respectivas legislações e tratamento contábil dispensado.

8.6. Análise das conciliações bancárias com seus respectivos extratos bancários e toda documentação comprobatória, contábil, fiscal e financeira, correspondente à prestação de contas.

8.7. Conferência dos saldos em caixa, bancos, aplicações financeiras e almoxarifado.

8.8. Realização de auditoria no controle patrimonial do acervo de bens pertencentes à CODHAB DF.

8.9. Realização de auditoria na área de recursos humanos.

8.10. Elaboração trimestral e anual dos relatórios sobre os controles internos e as demonstrações financeiras da empresa.

8.11. Elaboração do relatório de auditoria bem como de parecer técnico referente aos trimestres e aos exercícios analisados.

8.12. Apresentação de sugestões objetivas no sentido de aprimorar os serviços da CODHAB DF, compreendendo melhoramento da qualidade de serviços, tempestividade das informações, registros e segurança dos controles.

8.13. Participação nas reuniões do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração, sempre que solicitado, fornecendo informações sobre os trabalhos realizados.

8.14. Oferecer suporte técnico na área contábil quando demandado.

8.15. Auditoria de avaliação da ECF (Escrituração Contábil Fiscal), como resultado do trabalho, deverá entregar a CODHAB DF, até o último dia útil do mês seguinte em que for transmitido o arquivo eletrônico correspondente à ECF (Escrituração Contábil Fiscal), o relatório sobre a revisão das informações constante do SPED ECF (Escrituração Contábil Fiscal), com a validação e/ou correção dos valores e aplicabilidade dos preceitos legais e da consistência das informações com as demais declarações da base fiscal e sua vinculação aos dados contábeis.

8.16. Auditoria de avaliação tributária, referente aos trimestres no âmbito da CODHAB, considerando procedimentos fiscais e tributários, das esferas Federal, Estadual e Municipal, referente ao exercício objeto da auditoria, compreendendo:

8.16.1. Exame dos procedimentos adotados para retenção, registro, controle, recolhimento, recuperação e contabilização dos tributos e contribuições específicas e se esses foram adotados de acordo com a legislação vigente à época; e

8.16.2. Exame das Obrigações Acessórias referentes aos respectivos Impostos e Contribuições.

8.17. A auditoria deverá entregar à CODHAB DF, relatório sobre a revisão das bases de cálculo, pagamentos e recolhimentos dos tributos, do cumprimento das obrigações acessórias e dos créditos tributários perante a Receita Federal do Brasil, em conexão com as Demonstrações Financeiras e Contábeis, englobando os seguintes aspectos:

8.17.1. As bases de cálculo, a apuração dos valores e o recolhimento dos tributos, incidentes sobre às operações da CODHAB DF (PIS/PASEP, COFINS, IRPJ, CSLL e ISS);

8.17.2. As bases de incidência do INSS, FGTS e IRRF, a apuração dos valores e o recolhimento dos tributos;

8.17.3. Revisão das obrigações estabelecidas no âmbito do e-Social e na Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários e de Outras Entidades e Fundos (DCTFWeb);

8.17.4. O cumprimento das obrigações fiscais acessórias correspondentes: DCTFWeb, Livro Eletrônico (DF), DIRF, LALUR e outras;

8.17.5. Os controles e procedimentos de compensação e restituição de créditos tributários da CODHAB DF perante a Receita Federal do Brasil;

8.17.6. Verificação da aderência legal dos procedimentos fiscais e tributários da empresa para definição das bases de cálculo, da apuração e recolhimento dos tributos;

8.17.7. Avaliação dos controles e procedimentos técnicos e contábeis adotados na apuração, registro, escrituração, recolhimento dos tributos, créditos tributários e no cumprimento das obrigações fiscais acessórias;

8.17.8. Revisão das obrigações estabelecidas no âmbito do SPED tais como: EFD-Reinf, EFD Contribuições PIS e COFINS e ECD (Escrituração Contábil Digital); e

8.17.9. E demais obrigações acessórias que surgirem no decorrer do contrato.

8.18. Quando solicitado, formalmente, a empresa antes da apresentação dos trabalhos, deverá:

8.18.1. Apresentar relatórios circunstanciados relacionado às Demonstrações Financeiras e Contábeis trimestrais e anual, sobre os balanços anual examinados (orçamentário, financeiro, patrimonial e demonstração das variações patrimoniais);

8.18.2. Sugestões sobre práticas e controles internos, ressaltando as principais deficiências;

8.18.3. Prestar esclarecimentos que se fizerem necessários, quando convocado antecipadamente, das Reuniões dos Conselhos e da Diretoria;

8.18.4. Prestar assessoramento na elaboração das demonstrações contábeis e das notas explicativas, assim como sobre o tratamento contábil a ser atribuído a qualquer evento que venha a ter reflexos diretos sobre as demonstrações contábeis referente ao exercício findo;

8.18.5. Encaminhar apresentação dos resultados das análises e exames de auditoria das demonstrações contábeis do trimestre e do exercício, com a emissão do relatório de auditoria na forma curta (parecer dos auditores independentes) sobre as demonstrações contábeis auditadas, bem como; relatório de auditoria na forma longa, com indicação de procedimentos corretivos se pertinente; e

8.18.6. Apresentar cronograma de trabalho, que devem ficar evidenciadas as áreas e as unidades que serão atingidas pela auditoria, para comprovar que todos os compromissos determinados com a entidade auditada foram cumpridos. O planejamento deve evidenciar as etapas e as épocas em que serão executados os trabalhos.

9. DA APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS

9.1. Os relatórios deverão ser apresentados de forma pormenorizada, relativos aos serviços executados a cada trimestre e do exercício civil, para dar suporte à Diretoria na sua apreciação dos referidos balanços trimestrais e anuais.

9.2. Sugestões sobre práticas e controles internos, ressaltando as principais deficiências.

9.3. Prestação de esclarecimentos que se fizerem necessários, quando convocado antecipadamente, das Reuniões Plenárias e de Diretoria.

9.4. Apresentação, antes do prazo citado no item "8.2.1" , após disponibilização das demonstrações do encerramento do exercício, de relatório preliminar dos resultados das análises e exames de auditoria das demonstrações contábeis do exercício, com a emissão do relatório de auditoria na forma curta (parecer dos auditores independentes) sobre as demonstrações contábeis auditadas, bem como relatório de auditoria na forma longa, com indicação de procedimentos corretivos se pertinente.

9.5. O descumprimento dos prazos previstos implicará nas penalizações previstas no contrato.

10. DA EQUIPE DE TRABALHO

10.1. A equipe mínima a ser utilizada pela Contratada na execução do objeto licitado deverá ter o seguinte perfil;

10.1.1. Um profissional para atuar como responsável técnico pela execução dos trabalhos, sendo exclusivo para as demonstrações contábeis preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil;

10.1.1.0.1. Garantir que o profissional descrito no item 10.1.1. tenha formação universitária em ciências contábeis e experiência mínima de 5 anos na prestação de serviços de auditoria. Não será admitida a entrada de auditor diferente do apresentado neste ato na sede da CODHAB. Caso haja substituição em seu quadro, a licitante deverá informar e comprovar os respectivos registros e experiência supracitados de forma tempestiva com, no mínimo 5 dias de antecedência;

10.1.2. Sócios, diretores, gerentes, supervisores ou quaisquer outros integrantes com função de gerência da equipe envolvida nos trabalhos de auditoria;

10.1.2.0.1. Garantir que o profissional descrito no item 10.1.2. tenha formação universitária em ciências contábeis e experiência mínima de 5 anos na prestação de serviços de auditoria. Não será admitida a entrada de auditor diferente do apresentado neste ato na sede da CODHAB. Caso haja substituição em seu quadro, a licitante deverá informar e comprovar os respectivos registros e experiência supracitados de forma tempestiva com, no mínimo 5 dias de antecedência;

10.1.3. Demais profissionais, além dos citados nos itens "10.1.1" e "10.1.2" supra, e que serão alocados na prestação de serviços, deverão possuir formação acadêmica (graduação ou superior) em áreas afins com o objeto do Contrato, a exemplo de Administração, Contabilidade, Finanças, Economia, Direito e Tecnologia da Informação;

10.1.3.0.1. Garantir que o profissional descrito no item "10.1.3" tenha formação universitária em ciências contábeis e experiência mínima de 5 anos na prestação de serviços de auditoria. Não será admitida a entrada de auditor diferente do apresentado neste ato na sede da CODHAB. Caso haja substituição em seu quadro, a licitante deverá informar e comprovar os respectivos registros e experiência supracitados de forma tempestiva com, no mínimo 5 dias de antecedência;

10.1.4. Relação dos auditores contadores que realizarão os serviços, que atendam a NBC PA 12 - Educação Profissional Continuada e comprovem os 40 pontos de Educação Profissional Continuada por ano-calendário;

10.1.5. Comprovar o vínculo dos auditores envolvidos no trabalho de campo, por meio de Carteira de Trabalho, contrato social ou documento que o substitua;

10.1.6. Apresentar os diplomas ou documentos emitidos pela Instituição de Ensino Superior que comprove a conclusão de graduação em nível superior, de todos os auditores envolvidos no trabalho de campo;

10.1.7. Comprovar a experiência dos auditores envolvidos no trabalho de campo, por meio de Carteira de Trabalho ou declaração de empresa para a qual tenha prestado, especificamente, esse tipo de serviço;

10.1.8. Qualquer modificação na constituição da equipe técnica durante a execução dos serviços não acarretará despesas para o CONTRATANTE, nem justificará atraso nos serviços descritos nos itens "8" e "9";

10.1.9. Os serviços deverão ser prestados diretamente pela CONTRATADA, vedada a cessão, a transferência ou a subcontratação total ou parcial.

11. DO SIGILO E DA SEGURANÇA DAS INFORMAÇÕES

11.1. A CONTRATADA obrigará-se a manter a mais absoluta confidencialidade sobre materiais, dados e informações disponibilizados ou conhecidos, em decorrência da prestação dos serviços objeto da presente contratação, bem como tratá-los como matéria sigilosa, ensejando rescisão do contrato vigente, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis, previstas em lei caso ocorra violação desta.

11.2. Ficará a CONTRATADA terminantemente proibida de fazer uso ou revelação, sob nenhuma justificativa, a respeito de quaisquer informações, dados, processos, fórmulas, códigos, cadastros, fluxogramas, diagramas lógicos, dispositivos, modelos, contratos ou outros materiais de propriedade da CODHAB aos quais tiver acesso em decorrência da prestação dos serviços.

11.3. A CONTRATADA não divulgará nem fornecerá os dados ou informações obtidas em razão deste contrato, e não referirá o nome da CODHAB, para fins comerciais ou em campanhas e material de publicidade, salvo com autorização prévia.

11.4. As PARTES comprometem-se a manter sob estrita confidencialidade toda e qualquer informação trocada entre si relativamente à presente prestação de serviços, bem como toda e qualquer informação ou documento dela derivado, sem prejuízo de qualquer outra proteção assegurada às PARTES.

11.5. Todas as informações e conhecimentos aportados pelas PARTES para a execução do objeto deste contrato são tratados como confidenciais, assim como todos os seus resultados;

11.6. A confidencialidade implica a obrigação de não divulgar ou repassar informações e conhecimentos a terceiros não envolvidos nesta relação contratual, sem autorização expressa, por escrito, dos seus detentores, na forma que dispõe a Lei nº 9.279/96, art. 195, XI;

11.7. Não é tratada como conhecimentos e informações confidenciais a informação que foi comprovadamente conhecida por outra fonte, de forma legal e legítima, independentemente da iniciativa das PARTES no contexto deste contrato;

11.8. Qualquer exceção à confidencialidade só será possível com a anuência prévia e por escrito dos signatários do presente contrato em disponibilizar a terceiros determinada informação, ficando desde já acordado entre as PARTES que está autorizada a disponibilização das informações confidenciais a terceiros nos casos de exigências legais.

11.9. Para fins do presente contrato, a expressão “Informação Confidencial” significa toda e qualquer informação revelada, fornecida ou comunicada (seja por escrito, em forma eletrônica ou sob qualquer outra forma material) pelas PARTES entre si, seus representantes legais, administradores, diretores, empregados, representantes, consultores ou contratados (em conjunto, doravante designados “REPRESENTANTES”), dentro do escopo supramencionado;

11.10. Todas as anotações, análises, compilações, estudos e quaisquer outros documentos elaborados pelas PARTES ou por seus REPRESENTANTES com base nas informações descritas no item anterior serão também considerados “Informação Confidencial” para os fins do presente instrumento;

11.11. A informação que vier a ser revelada, fornecida ou comunicada verbalmente entre os signatários deste Instrumento deverá integrar ata lavrada entre seus representantes para que se possa constituir objeto mensurável para efeito da confidencialidade ora pactuada;

11.12. O não cumprimento do estipulado nesta cláusula por qualquer uma das partes, inclusive em caso de eventuais danos causados à parte contrária ou a terceiros, responsabilizará o responsável nos termos da lei.

12. DA GESTÃO, RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO E DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

12.1. Caberá à **CODHAB** a gestão e fiscalização do presente contrato podendo inclusive, determinar a paralisação do mesmo, quando ocorrer descumprimento das cláusulas contratuais.

12.2. O recebimento será realizado trimestralmente e anualmente, após a verificação da etapa executada.

12.3. Caso algum serviço não corresponda ao exigido no instrumento convocatório, a CONTRATADA deverá providenciar no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da

notificação expedida pela CONTRATANTE, a sua adequação, visando o atendimento das especificações. Após esse prazo serão aplicadas as sanções previstas no contrato.

12.4. O recebimento pela CODHAB não isentará a contratada das responsabilidades previstas nos artigos 1001 e 1145 do Código Civil Brasileiro, além das penas aplicáveis pelo Código de Defesa do Consumidor.

12.5. Sem prejuízo da plena responsabilidade da CONTRATADA perante o CONTRATANTE ou a terceiros, todos os trabalhos contratados estarão sujeitos a mais ampla e irrestrita fiscalização do CONTRATANTE, a qualquer hora, por seus representantes devidamente credenciados.

12.6. O CONTRATANTE far-se-á representar no local dos serviços por seu Agente Fiscalizador designado através de Instrução Normativa e, na falta ou impedimento deste, por seu substituto com as mesmas atribuições e poderes.

12.7. Nos casos de atraso ou falta de indicação, de desligamento ou afastamento extemporâneo e definitivo do gestor ou fiscais e seus substitutos, até que seja providenciada a indicação, a competência de suas atribuições caberá ao responsável pela indicação.

12.8. À Fiscalização compete: o acompanhamento e controle da execução dos serviços até sua conclusão, observadas todas as condições expressas nos documentos que compõem o Contrato e no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Companhia.

12.9. A CONTRATANTE anotarà em registro, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, conforme preconiza com o Regulamento Interno de Licitações e Contratos.

12.10. Toda troca de informações e correspondências entre a CONTRATADA e CONTRATANTE, bem como todas as instruções da Fiscalização à CONTRATADA, devem ser por escrito, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

12.11. Todos os expedientes escritos da CONTRATADA, após seu registro, serão:

12.11.1. encaminhados ao CONTRATANTE, para decisão, acompanhados de parecer da Fiscalização.

12.12. Compete à Fiscalização ter prévio conhecimento da ocorrência operacional das frentes e fases dos serviços, a fim de que seja obtido melhor rendimento, sem prejuízo da boa execução dos trabalhos.

12.13. A Fiscalização, constatando inoperância, desleixo, incapacidade, falta de exatidão ou ato desabonador, poderá determinar o afastamento do preposto ou de qualquer empregado da CONTRATADA.

12.14. Compete à Fiscalização, em conjunto com as demais áreas do CONTRATANTE, resolver as dúvidas e as questões expostas pela CONTRATADA, dando-lhes soluções rápidas e adequadas;

12.15. Qualquer erro ou imperícia na execução, constatada pela Fiscalização ou pela própria CONTRATADA, obrigando-a, a sua conta e risco, à correção, à remoção e à nova execução das partes impugnadas.

12.16. A inobservância ou desobediência às instruções e ordens da Fiscalização importará na aplicação das multas contratuais, relacionadas com os serviços, e no desconto das faturas das despesas a que a CONTRATADA tenha dado causa, por ação ou omissão.

12.17. O executor do contrato será definido por ocasião da contratação, em observância da Lei 13.303/2016 e com fundamentação legal do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CODHAB/DF – RILC, em seu art. 149.

12.18. É reservado à CODHAB-DF o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude da responsabilidade da empresa contratada, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente ou por prepostos designados.

12.19. A CODHAB-DF poderá em qualquer momento examinar as carteiras de trabalho dos funcionários colocados a seu serviço pela empresa contratada, para comprovar o registro de função profissional.

12.20. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto no artigo 155 do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CODHAB.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 13.1. Cumprir e fazer cumprir todas as normas e condições estabelecidas no presente termo.
- 13.2. Emissão de relatórios TRIMESTRAIS e ANUAL preliminar sobre os controles internos decorrentes, nos exames realizados nas demonstrações financeiras da CODHAB/DF;
- 13.3. Oferecer suporte técnico nas áreas contábil;
- 13.4. Analisar e emitir pareceres conclusivos sobre as contas dos períodos indicados pelo CONTRATANTE;
- 13.5. Cumprir, durante toda a execução do contrato, as disposições relativas às Normas de Segurança e Medicina do Trabalho constante no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.
- 13.6. Executar o objeto deste projeto sujeitando-se aos ônus e obrigações estabelecidos na legislação civil, previdenciária, fiscal, trabalhista e acidentária aplicáveis, inclusive quanto aos registros, tributos e quaisquer outros encargos decorrentes da contratação dos serviços que serão executados, os quais ficam a cargo exclusivo da empresa contratada, incumbindo a cada uma das partes as retenções legais pertinentes que lhes competirem.
- 13.7. Responsabilizar-se por seus empregados utilizados na prestação dos serviços, os quais não terão nenhuma vinculação empregatícia com a CODHAB-DF, descabendo, por consequência, a imputação de qualquer obrigação trabalhista ou tributária a esta.
- 13.8. Responsabilizar-se pelo ressarcimento de quaisquer danos diretos comprovados, causados à CODHAB-DF, aos usuários ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto do contrato.
- 13.9. Comparecer, sempre que convocada, ao local designado pela CODHAB-DF, representada por pessoas devidamente credenciadas, pelo prazo acordado pelas partes, conforme o caso, para exame e esclarecimentos de quaisquer questões e/ou problemas relacionados com os serviços contratados.
- 13.10. Caberá ainda, exclusivamente à empresa contratada, a responsabilidade civil, criminal e trabalhista e por ações e atos de qualquer natureza praticados pelos empregados que prestarão os serviços à CODHAB-DF.
- 13.11. O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução, e responderá por danos causados diretamente a terceiros ou à empresa pública ou sociedade de economia mista, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do contrato.
- 13.12. A inadimplência do contratado quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à CODHAB/DF qualquer responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.
- 13.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- 13.14. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 14.1. Emitir Nota de Empenho em favor da contratada;
- 14.2. Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada;
- 14.3. Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa cumprir seus compromissos, dentro das normas e condições estabelecidas neste Termo;
- 14.4. Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados à contratada após aprovação e

apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada pelo executor e das certidões de regularidade fiscal (GDF, UNIÃO, FGTS, INSS e TST);

14.5. Acompanhar e fiscalizar a entrega do(s) objeto(s);

14.6. Rejeitar no todo ou em parte, os serviços entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor;

14.7. Será de inteira responsabilidade do Contratante o conteúdo do arquivo digital a ser enviado/entregue à Contratada.

14.8. Fornecer os dados necessários para a boa execução dos serviços, garantindo o acesso da CONTRATADA, às informações consideradas pertinentes e assegurando o auxílio e colaboração dos servidores da Companhia;

15. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO RELATIVA À:

15.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

15.2. Inscrição no registro público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, em caso de empresa individual;

15.2.1. Ato constitutivo ou estatuto ou contrato social em vigor devidamente registrado em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus atuais administradores;

15.2.2. Inscrição do ato constitutivo, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores, em caso de sociedade simples;

15.2.3. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

15.2.4. Para comprovação do ramo de atividade e do capital social, quando for o caso;

15.2.5. Documento de identificação dos sócios e/ou representantes legais.

15.3. DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA QUE CONSISTIRÁ DE:

15.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes (CGC/MF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF) relativo à sede da licitante;

15.3.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame.

15.3.3. Prova de regularidade perante a Fazenda Nacional mediante apresentação da certidão conjunta expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social.

15.3.4. Certificado de regularidade do FGTS - CRF emitido pela Caixa Econômica Federal - Caixa.

15.3.5. Prova de regularidade com as Fazendas Pública da sede da licitante.

15.3.6. Certidão Negativa de Débitos ou Certidão positiva com efeito de negativa, emitida pela Secretaria de Economia do Distrito Federal, em plena validade.

15.3.7. Para as empresas com sede ou domicílio fora do Distrito Federal deverá ser apresentada a declaração referida no item anterior ainda que como licitante não cadastrado no Distrito Federal Federais, em plena validade.

15.3.8. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou Certidão positiva com efeito de negativa, conforme Lei no 12.440, de 07/07/2011.

15.3.9. Observação: Os documentos deste item que não tiverem expresse o prazo de validade deverão estar datados dos últimos 60 (sessenta) dias, exceto aqueles que legalmente precisem ser

apresentados em prazo inferior.

15.4. DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA, CONSISTINDO DE:

15.4.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

15.4.2. O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;

15.4.3. As empresas constituídas no exercício em curso deverão apresentar cópia do balanço de abertura ou cópia do livro diário contendo o balanço de abertura, inclusive com os termos de abertura e encerramento;

15.4.4. A comprovação da boa situação da empresa será verificada através dos índices contábeis abaixo e será inabilitada a licitante que não comprová-los para o último exercício.

ILC: Índice de Liquidez Corrente igual ou superior a 1,00; ILG: Índice de Liquidez Geral igual ou superior a 1,00;

SG: Solvência Geral igual ou superior a 1,00.

Fórmulas de Cálculo:

ILC = AC/PC

ILG = (AC + ARLP) / (PC + P-ÑC)

SG = AT / (PC + P-ÑC) Siglas:

AC = Ativo Circulante

PC = Passivo Circulante

ALP = Ativo Realizável a Longo Prazo

P-ÑC = Passivo não Circulante

AT = Ativo Total

15.5. As licitantes que apresentarem resultado menor que 1 (um), em qualquer um dos índices acima, deverão comprovar capital social ou patrimônio líquido de no mínimo 10% (dez por cento) do valor estimado do objeto deste certame, que deverá recair sobre o montante que pretenda recorrer. Para efeito de comprovação serão verificados no Balanço Patrimonial além do Ato Constitutivo Empresarial, conforme o caso, exigidos neste Edital.

15.6. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, ou liquidação judicial, ou de execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de 1 (um) ano contados da data da sua apresentação;

15.7. Às empresas em recuperação judicial, a sua participação depende de apresentação do plano de recuperação judicial devidamente homologado pelo Poder Judiciário e que comprove que as obrigações estão sendo todas cumpridas.

15.8. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

15.9. Comprovação de aptidão, por meio de um ou mais atestados de capacidade técnica, expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, idônea, estabelecida em território nacional, que comprove o fornecimento de produtos com características equivalentes com os itens deste certame;

15.10. O(s) atestado(s) deverá(ão) conter de FORMA EXPRESSA os produtos objeto do certame ofertados pelo fornecedor. Além disso, deverá conter no mínimo, as seguintes informações: nome empresarial e dado de identificação da instituição emitente (CNPJ, endereço, telefone); local e data de

emissão; nome, cargo, telefone, e-mail e a assinatura do responsável pela veracidade das informações; período da execução da atividade.

15.11. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, enviando, dentre outros documentos, se for o caso, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

15.12. A LICITANTE, caso a área técnica entenda necessário, deverá disponibilizar todas as informações essenciais a comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte a contratação, notas fiscais/faturas, notas de empenho, endereço atual da LICITANTE e local em que foram prestados os serviços, sendo que estas e outras informações complementares poderão ser requeridas mediante diligência.

15.13. A documentação relativa à **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**, consistirá em:

15.13.1. Comprovação de registro e de regularidade, no Conselho Regional de Contabilidade da licitante e do profissional por ela responsável, mediante apresentação de cópia da documentação comprobatória e da Carteira de Identidade do Contador ou outro instrumento que comprove o registro e de seu vínculo com a licitante (Lei nº 6.839/80; Decreto Lei nº 9.295/46; Resolução CFC nº 1.371/2011; e Resolução CFC nº 1.372/2011);

15.13.2. Comprovação de registro no Cadastro Nacional de Auditores Independentes - CNAI, do Conselho Federal de Contabilidade - CFC;

15.13.3. Certidão de Registro de Auditor Independente - Pessoa Jurídica (AIPJ) da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, conforme IN/CVM nº 308/1999;

15.13.4. Comprovação dos registros dos auditores envolvidos no trabalho no Conselho Regional de Contabilidade;

15.13.5. Comprovação de que a empresa foi submetida, pelo menos uma vez, nos últimos 4 anos, ao processo de revisão de pares. A comprovação deverá ser feita pela apresentação do relatório emitido pelo Auditor Revisor, contratado pela Firma para atender a exigência prevista nas normas emanadas pelo CFC (NBC PA 11 - Revisão Externa de Qualidade pelos Pares, aprovada pela Res. CFC 1323/11 e ICVM 308/99 e alterações);

15.13.6. A equipe mínima a ser utilizada pela Contratada na execução do objeto licitado deverá ter o seguinte perfil;

15.13.6.1. Um profissional para atuar como responsável técnico pela execução dos trabalhos, sendo exclusivo para as demonstrações contábeis preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil;

15.13.6.1.1. Garantir que o profissional descrito no item 15.13.6.1. tenha formação universitária em ciências contábeis e experiência mínima de 5 anos na prestação de serviços de auditoria. Não será admitida a entrada de auditor diferente do apresentado neste ato na sede da CODHAB. Caso haja substituição em seu quadro, a licitante deverá informar e comprovar os respectivos registros e experiência supracitados de forma tempestiva com, no mínimo 5 dias de antecedência;

15.13.6.2. Sócios, diretores, gerentes, supervisores ou quaisquer outros integrantes com função de gerência da equipe envolvida nos trabalhos de auditoria;

15.13.6.2.1. Garantir que o profissional descrito no item 15.13.6.2. tenha formação universitária em ciências contábeis e experiência mínima de 5 anos na prestação de serviços de auditoria. Não será admitida a entrada de auditor diferente do apresentado neste ato na sede da CODHAB. Caso haja substituição em seu quadro, a licitante deverá informar e comprovar os respectivos registros e experiência supracitados de forma tempestiva com, no mínimo 5 dias de antecedência;

15.13.6.3. Demais profissionais, além dos citados nos itens "15.3.6.1" e "15.13.6.2" supra, e que serão alocados na prestação de serviços, deverão possuir formação acadêmica (graduação ou superior) em áreas afins com o objeto do Contrato, a exemplo de Administração, Contabilidade, Finanças, Economia, Direito e Tecnologia da Informação;

15.13.6.3.1. Garantir que o profissional descrito no item 15.13.6.3. tenha formação universitária em ciências contábeis e experiência mínima de 5 anos na prestação de serviços de auditoria. Não será

admitida a entrada de auditor diferente do apresentado neste ato na sede da CODHAB. Caso haja substituição em seu quadro, a licitante deverá informar e comprovar os respectivos registros e experiência supracitados de forma tempestiva com, no mínimo 5 dias de antecedência;

15.13.6.4. Relação dos auditores contadores que realizarão os serviços, que atendam a NBC PA 12 - Educação Profissional Continuada e comprovem os 40 pontos de Educação Profissional Continuada por ano-calendário;

15.13.6.5. Comprovar o vínculo dos auditores envolvidos no trabalho de campo, por meio de Carteira de Trabalho, contrato social ou documento que o substitua;

15.13.6.6. Apresentar os diplomas ou documentos emitidos pela Instituição de Ensino Superior que comprove a conclusão de graduação em nível superior, de todos os auditores envolvidos no trabalho de campo;

15.13.6.7. Comprovar a experiência dos auditores envolvidos no trabalho de campo, por meio de Carteira de Trabalho ou declaração de empresa para a qual tenha prestado, especificamente, esse tipo de serviço;

15.13.7. Qualquer modificação na constituição da equipe técnica durante a execução dos serviços não acarretará despesas para o CONTRATANTE, nem justificará atraso nos serviços descritos nos itens "8" e "9";

15.13.8. Os serviços deverão ser prestados diretamente pela CONTRATADA, vedada a cessão, a transferência ou a subcontratação total ou parcial.

16. DO PAGAMENTO

16.1. O pagamento será feito conforme as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, mediante apresentação de Nota Fiscal da empresa CONTRATADA, devidamente atestada pelo Fiscal do Contrato;

16.2. Após a entrega pela empresa CONTRATADA da Nota Fiscal, juntamente com os documentos de regularidade da empresa, o executor do contrato consultará o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF para fins de verificação de impedimentos e/ou registros em nome da CONTRATADA. Após, será emitido Atesto e Relatório Circunstanciado pelo Executor do Contrato, encaminhando o processo para pagamento, caso ausente de irregularidades;

16.3. O pagamento, desde que não haja nenhuma pendência por parte da CONTRATADA, deverá ser realizado no prazo de até 10 (dez) dias úteis após o recebimento da nota fiscal pela CONTRATANTE e atestada a execução dos serviços pelo executor do contrato;

16.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária respectiva;

16.5. As empresas com sede ou domicílio do Distrito Federal, com créditos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), os pagamentos serão efetuados exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário junto ao Banco de Brasília S/A – BRB. Para tanto, deverão apresentar o número da conta corrente e agência onde deseja receber seus créditos, de acordo com o decreto nº 32.767/2011;

16.6. Para efeito de pagamento, a CONTRATANTE consultará a regularidade da empresa junto ao SICAF. Se constar documentos vencidos ou não estando a mesma cadastrada no Sistema, deverá apresentar os seguintes documentos:

16.7. Prova de Regularidade com a Fazenda Federal por meio de Certidão de Débitos relativo aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, que já contempla a regularidade junto à Previdência Social, expedida pelo Ministério da Fazenda/Secretaria da Receita Federal do Brasil;

16.8. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei nº 8.036/90);

16.9. Certidão de Regularidade com a Fazenda do Distrito Federal;

16.10. Prova de regularidade relativa a débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa;

- 16.11. Caso haja multa por inadimplemento contratual, será adotado o seguinte procedimento:
- 16.12. A multa será descontada da garantia do respectivo contrato;
- 16.13. Se o valor da multa for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.
- 16.14. Nos termos da Lei Distrital nº 5.319/2014, para o contribuinte do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, ainda que imune ou isento, cuja sede ou matriz econômica seja estabelecida em outra unidade da federação, sem filial no Distrito Federal, mas que, por força de contrato, convênio ou termo, vise à prestação de serviços no Distrito Federal, em caráter permanente ou temporário, fica obrigado a inscrever-se no Cadastro Fiscal do Distrito Federal;

17. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 17.1. A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:
- 17.2. I – Unidade Orçamentária: 28209
- 17.3. II - Programa de Trabalho: 16.122.8208.8517.9625 - Manutenção de Serviços Administrativos Gerais da CODHAB
- 17.4. III - Natureza da Despesa: 33.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
- 17.5. IV - Fonte: 100 - Ordinário não Vinculado

18. DA GARANTIA CONTRATUAL

- 18.1. Será exigida a prestação de garantia pela Contratada, no percentual de 2% (dois por cento) do valor total do contrato, com base no art. 70 da Lei 13.303/2016 e com fundamentação legal no Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CODHAB/DF – RILC, a ser comprovada no prazo de 10 (dez) dias a partir da data da celebração do contrato, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, inclusive rescisão contratual.
- 18.2. A Contratada terá 10 (dez) dias após a assinatura do contrato para apresentar a garantia supracitada sob pena de nulidade do instrumento contratual e seus desdobramentos.
- 18.3. A garantia poderá ser prestada nas seguintes modalidades:
- 18.4. Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;
- 18.5. Seguro-garantia; ou
- 18.6. Fiança bancária;
- 18.7. No caso de caução em dinheiro, o depósito deverá ser efetuado no Banco de Brasília S/A - BRB, mediante depósito identificado a crédito da Contratante.
- 18.8. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.
- 18.9. A garantia, se prestada na forma de fiança bancária ou seguro-garantia, deverá ter validade durante a vigência do contrato.
- 18.10. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 18.11. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.
- 18.12. Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, pela Contratante, para compensação de prejuízo causado no decorrer da execução contratual por conduta da Contratada, esta deverá proceder à respectiva reposição no prazo de 10 (dez) dias, contados da data em que tiver sido notificada.
- 18.13. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um

período de mais 3 (três) meses após o término da vigência contratual.

18.14. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

18.15. Prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

18.16. Prejuízos causados à Contratante ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

18.17. As multas moratórias e punitivas aplicadas pela Contratante à Contratada;

18.18. Obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não honradas pela Contratada.

18.19. Após a execução do contrato, constatado o regular cumprimento de todas as obrigações a cargo da Contratada, a garantia por ela prestada será liberada ou restituída e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente, deduzidos eventuais valores devidos à Contratante.

19. O PRAZO DE VIGÊNCIA

19.1. O objeto será contratado inicialmente por 12 (doze) meses, período para análise da qualidade dos serviços prestados e decisão de continuidade com a empresa CONTRATADA. A vigência contratual poderá ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, de acordo com o que prescreve o art. 71, da Lei nº 13.303/2016.

19.2. A Ordem de Início dos Serviços será dada pelo executor do contrato, tendo a empresa contratada o prazo de 05 (cinco) dias corridos para iniciar a prestação de serviços.

19.3. Os serviços serão executados dentro do prazo de vigência do contrato.

20. RESCISÃO CONTRATUAL

20.1. A CONTRANTE poderá rescindir unilateralmente o contrato nas hipóteses autorizadas pelo artigo 175 do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CODHAB/DF, justificando o motivo e assegurado à CONTRATADA o direito ao contraditório e à ampla defesa, sujeitando-se a CONTRATADA às consequências determinadas nas Seção XVI, artigos 177 a 183 do mesmo diploma legal, sem prejuízo das demais sanções estabelecidas neste contrato e na legislação vigente;

20.2. A rescisão por ato unilateral da CODHAB/DF acarreta as seguintes consequências previstas no art. 176, sem prejuízo das sanções previstas no art. 177 do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CODHAB/DF - RILC:

20.2.1. Assunção imediata do objeto contratado, pela CODHAB/DF, no estado e local em que se encontrar;

20.2.2. Execução da garantia contratual, para ressarcimento pelos eventuais prejuízos sofridos pela CODHAB/DF;

20.2.3. Na hipótese de insuficiência da garantia contratual, a retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à CODHAB/DF.

21. CRITÉRIOS DE REAJUSTES DE PREÇOS

21.1. As alterações de que trata este Termo de Referência deverão ser formalizadas por meio de termos aditivos, exceto as que digam respeito à variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato e às atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, que poderão ser registradas por simples apostilamento;

21.2. O reajustamento dos preços contratuais previsto neste Termo de Referência deverá retratar a variação efetiva dos insumos, da mão de obra ou dos custos de produção, podendo a LICITANTE, conforme o caso, adotar índices gerais ou específicos, fórmulas paramétricas, bem como acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho;

21.3. O reajuste de preços previsto no contrato para fazer face à elevação dos custos da contratação, respeitada a anualidade, e que vier a ocorrer durante a vigência do contrato, deverá ser solicitado pela CONTRATADA, adotando-se a variação do índice do IPCA para o período;

21.4. Os valores contratados poderão ser alterados para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da LICITANTE, para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, diante dos seguintes motivos:

21.4.1. Quando necessário assegurar a equivalência entre o objeto contratual e a remuneração do contratado, através do restabelecimento do equilíbrio contratual, desde que objetivamente demonstrado, mediante acordo entre as partes;

21.4.2. Para compensar os efeitos das flutuações decorrentes da majoração dos custos para execução do objeto, será aplicado índice geral ou setorial previsto no contrato com vigência superior a 01 (um) ano.

22. DA SUBCONTRATAÇÃO

22.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório pela CONTRATADA.

23. DA INDIVISIBILIDADE DO OBJETO

23.1. Não será admitida o parcelamento do objeto licitatório pela CONTRATADA.

23.2. A prestação dos serviços por mais de uma empresa acarretaria elevado custo de administração e uma complexa rede de coordenação para execução da fiscalização de diversos contratos, o que certamente comprometeria a qualidade e efetividade dos resultados buscados para melhor atendimento do interesse público, uma vez que se exige total compatibilidade e integração entre os serviços objeto desta contratação.

24. DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

24.1. Qualquer pessoa física ou jurídica que praticar atos em desacordo com o previsto no Edital e pela inexecução total ou parcial do contrato, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, mediante o devido processo administrativo, garantida a prévia defesa, sujeitar-se às seguintes sanções:

24.1.1. Advertência;

24.1.2. Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

24.1.3. Suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CODHAB/DF, por até 02 (dois) anos;

24.1.4. Descredenciamento;

24.1.5. Inabilitação no processo seletivo;

24.2. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela empresa pública ou pela sociedade de economia mista ou cobrada judicialmente.

24.3. As sanções previstas nos subitens 24.1.1. e 24.1.3. poderão ser aplicadas juntamente com o subitem 24.1.2., devendo a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis.

24.4. Os procedimentos para aplicação das penalidades estão definidos na forma do Anexo III do Regulamento Interno de Licitação - CODHAB/DF.

24.5. A sanção de advertência é cabível sempre que o ato praticado, ainda que ilícito, não seja suficiente para acarretar danos à CODHAB/DF, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente, ou a terceiros.

24.5.1. A aplicação da sanção do item 24.5. importa na comunicação da advertência à contratada, devendo ocorrer o seu registro junto ao, independentemente de tratar-se de pessoa cadastrada, ou não.

24.5.2. A reincidência da sanção de advertência, poderá ensejar a aplicação de penalidade de suspensão.

24.6. A multa poderá ser aplicada nos seguintes casos:

24.6.1. Em decorrência da interposição de recursos meramente procrastinatórios, poderá ser aplicada multa correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor máximo estabelecido para a licitação

em questão.

24.6.2. Em decorrência da não regularização da documentação de habilitação, no prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, conforme previsto no instrumento convocatório e contratual, poderá ser aplicada multa correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor máximo estabelecido para a licitação em questão;

24.6.3. Pela recusa em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo instrumento convocatório, poderá ser aplicada multa correspondente a 5% (cinco por cento) do valor máximo estabelecido para a licitação em questão.

24.6.4. No caso de atraso na entrega da garantia contratual, quando exigida, o instrumento convocatório deverá prever, mediante competente justificativa, a incidência de multa correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor total do contrato;

24.6.5. Nos demais casos de atraso, o instrumento convocatório deverá prever, mediante competente justificativa, a incidência de multa nunca inferior a 5% (cinco por cento) ou superior a 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente do contrato;

24.6.6. No caso de inexecução parcial, o instrumento convocatório deverá prever, mediante competente justificativa, a incidência de multa nunca inferior a 10% (dez por cento) ou superior a 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente do contrato;

24.6.7. No caso de inexecução total, o instrumento convocatório deverá prever, mediante competente justificativa, a incidência de multa nunca inferior a 20% (vinte por cento) ou superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente do contrato.

24.7. Ocorrendo uma infração contratual apenada apenas com a sanção de multa a contratada deverá ser formalmente notificada para apresentar defesa prévia.

24.8. Havendo concordância da contratada quanto aos fatos e a incidência da multa, encerra-se o processo com a efetiva aplicação, com sua formalização através de apostilamento e comunicação ao Cadastro Corporativo da CODHAB/DF para fins de registro.

24.9. O não pagamento da multa ensejará a execução da garantia contratual, proporcionalmente.

24.10. caso o valor a ser aplicado supere o valor da garantia contratual a CODHAB/DF tomará outras medidas cabíveis, tais como, glosa ou medidas judiciais cabíveis e aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CODHAB/DF, por até 02 (dois) anos.

24.11. Cabe a sanção de suspensão em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado dano à CODHAB/DF, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros.

24.11.1. Conforme a extensão do dano ocorrido ou passível de ocorrência, a suspensão poderá ser branda (de 01 a 06 meses), média (de 07 a 11 meses), ou grave (de 12 a 24 meses).

24.11.2. O prazo da sanção a que se refere o item 24.11. terá início a partir da sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal.

24.11.3. A sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar importa, durante sua vigência, na suspensão de registro cadastral, se existente, ou no impedimento de inscrição cadastral.

24.11.4. Se a sanção de que trata o item 24.11. for aplicada no curso da vigência de um contrato, a CODHAB/DF poderá, a seu critério, rescindi-lo mediante comunicação escrita previamente enviada ao contratado, ou mantê-lo vigente.

24.11.5. A reincidência de prática punível com suspensão, ocorrida num período de até 02 (dois) anos a contar do término da primeira imputação, implicará no agravamento da sanção a ser aplicada.

24.12. Estendem-se os efeitos da sanção de suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com a CODHAB/DF às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos celebrados:

24.12.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

- 24.12.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 24.12.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a CODHAB/DF em virtude de atos ilícitos praticados.
- 24.13. As práticas enquadradas no subitem 24.12.2., além de acarretarem responsabilização administrativa e judicial da pessoa jurídica, implicará na responsabilidade individual dos dirigentes das empresas contratadas e dos administradores/gestores, enquanto autores, coautores ou partícipes do ato ilícito.
- 24.14. A aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CODHAB/DF, por até 02 (dois) anos será registrada no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, de caráter público, e demais normas distritais que regem a matéria.
- 24.15. As sanções devem ser aplicadas em processo administrativo autônomo, por comissão processante, por meio do qual se assegure a ampla defesa e o contraditório, conforme disposto no Regulamento, que disciplina o Procedimento Sancionatório.
- 24.16. Na aplicação das sanções deverão ser consideradas as seguintes condições:
- 24.16.1. Razoabilidade e proporcionalidade entre a sanção, a gravidade da infração e o vulto econômico da contratação;
- 24.16.2. Danos resultantes da infração;
- 24.16.3. Situação econômico-financeira da sancionada, em especial sua capacidade de geração de receitas e seu patrimônio, no caso de aplicação de multa;
- 24.16.4. Reincidência, assim entendida a repetição de infração de igual natureza;
- 24.16.5. Outras circunstâncias gerais agravantes ou atenuantes em face do caso concreto.

25. DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

- 25.1. O Art. 26. da Lei 4.611, de 09 de agosto de 2011, preconiza:
- 25.2. *"Será estabelecida cota reservada para as entidades preferenciais nas licitações para aquisição de bens, serviços e obras de natureza divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo do objeto."*
- 25.3. A participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - EPP no certame que se originará do presente Termo de Referência será permitida, em conformidade com a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e com a Lei Distrital nº 4.611, de 09 de agosto de 2011.

26. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

- 26.1. A participação de consórcios no certame que se originará do presente Termo de Referência não será permitida, em razão de a complexidade e o vulto do objeto não limitarem a participação de prestadores de serviços aptos a executar o objeto. Os potenciais prestadores de serviços, em sua maioria, dispõem de condições de participar isoladamente do certame e prestar a integralidade do objeto, não sendo o caso de permitir a junção de esforços de 2 (duas) ou mais empresas para a execução da contratação pretendida. Nesse caso, a possibilidade de participação de consórcios poderia limitar a competitividade do certame, uma vez que se admitiria que empresas se associem e não disputem individualmente o objeto da licitação.

27. DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS

- 27.1. O contrato a ser firmado deverá prever:
- 27.2. Condições de pagamento, penalidades, rescisão e outras usuais aos contratos da CODHAB, a constarem da minuta do contrato a ser divulgada no edital de licitação.
- 27.3. Cumpre salientar que se porventura alguma situação não prevista neste termo de referência ocorrer, todas as consequências de sua existência serão regidas pela Lei Federal nº 13.303/2016, pelo Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CODHAB/DF – RILC, bem como pelas legislações pertinentes ao tema.

27.4. Os casos omissos serão resolvidos no âmbito da Lei Federal nº 13.303/2016 pelo Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CODHAB/DF – RILC, bem como pelas legislações pertinentes ao tema.

28. DO FORO

28.1. O Foro para dirimir eventuais conflitos acerca do presente objeto de contratação deverá ser o Foro do Distrito Federal, Seção Judiciária da cidade de Brasília-DF, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Alexandre de Oliveira Bernardes

Gerente de Contabilidade e Tributos

Aprovo o Termo de Referência, conforme o Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios - RILC/CODHAB, em consonância com a Lei Federal nº 13.303/2016 (Estatuto das Estatais).

Roxane Delgado Almeida

Diretor de Administração e Gestão - Substituta



Documento assinado eletronicamente por **ALEXANDRE DE OLIVEIRA BERNARDES - Matr.0001351-X, Gerente de Contabilidade e Tributos**, em 27/01/2026, às 15:05, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=193267056 código CRC= **A6609A18**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
SCS Quadra 06 Bloco A Lotes 12/13 - Bairro Asa Sul - CEP 70306-918 -
Telefone(s):
Sítio - www.codhab.df.gov.br

Análise de Riscos - CODHAB/PRESI/DAGES/GECOT

INTRODUÇÃO

Tendo em vista que a Análise de Riscos descreve e avalia as ameaças que possam vir a comprometer o sucesso e o objetivo da contratação, bem como definir de que formas devem ser tratadas, **ela permeará todo processo de Contratação.**

MATRIZ DE RISCOS

ITEM	CATEGORIA DE RISCO	DESCRIÇÃO DO RISCO	CAUSA	CONSEQUÊNCIA	MITIGAÇÃO	ALOCÇÃO DE RISCOS
1	EXECUÇÃO	Ausência de demandas totais ou parciais por parte da Contratante	Falta de demanda, alterações nas diretrizes da CONTRATANTE	Frustração de expectativa de receita por parte da CONTRATADA.	Constar no contrato que não haverá ressarcimentos em caso de não solicitação de todas as demandas por parte da CONTRATANTE.	CONTRATADA Excepcionalmente, a CONTRATANTE poderá arcar com riscos desde que previsto expressamente no contrato.
2		Atraso na entrega do produto por culpa da contratada	Falta de capacidade operacional da contratada. Gestão deficiente da contratada.	Atraso no cronograma físico-financeiro. Impacto nas entregas da CODHAB	Notificação para cumprimento do cronograma previsto. Apuração de responsabilidade contratual.	CONTRATADA
3		Falta de qualidade dos produtos	Falta de capacidade operacional da contratada. Gestão deficiente da contratada. Falta de clareza no repasse da demanda.	Reprovação do produto. Retrabalho. Atraso no cronograma físico-financeiro.	Documento da demanda com objetivo e claro. Aplicação dos índices de avaliação dos produtos. Apuração de responsabilidade contratual.	CONTRATADA
4		Produto inservível	Falta de capacidade operacional da contratada. Gestão deficiente da contratada.	Reprovação do produto. Retrabalho. Atraso no cronograma físico-financeiro. Eventual necessidade de ressarcimento ao erário. Rescisão contratual.	Aplicação dos índices de avaliação dos produtos. Apuração de responsabilidade contratual. Rescisão do contrato	CONTRATADA
5		Não entrega dos serviços	Falta de capacidade operacional da contratada. Gestão deficiente da contratada.	Atraso no cronograma físico-financeiro. Eventual necessidade de ressarcimento ao erário. Rescisão contratual.	Apuração de responsabilidade contratual. Rescisão do contrato	CONTRATADA
6		Ausência de padronização na entrega dos serviços	Ausência de modelo padrão. Falta de capacidade operacional da contratada. Gestão deficiente da contratada	Impacto na execução dos produtos. Retrabalho. Atraso no cronograma físico-financeiro.	Estabelecer modelo padronizado, quando for o caso. Aplicação dos índices de avaliação dos produtos. Apuração de responsabilidade contratual. Rescisão do contrato	CONTRATADA
7		Equipe técnica insuficiente	Falta de capacidade operacional da contratada. Gestão deficiente da contratada. Incapacidade financeira da contratada. Falta de pessoal técnico devido ao êxodo de pessoal para outras regiões/países	Impacto na execução dos serviços. Atraso no cronograma físico-financeiro. Não cumprimento das condições contratuais	Apuração de responsabilidade contratual. Rescisão do contrato	CONTRATADA

8		Fraude documental	Utilizar pessoal técnico sem as capacidades técnicas e experiências exigidas nos documentos da Licitação e sem o conhecimento/consentimento da CONTRATANTE; utilizar Responsável Técnico - RT ou Anotação de Responsabilidade Técnica - ART de profissionais que não elaboraram os PRODUTOS/demandas do contrato; utilizar equipe técnica sem atender integralmente aos requisitos estabelecidos	Falta de confiança na qualidade do serviço. Dano ao erário público. Crime. Suspensão/encerramento do Contrato. Revisão dos serviços entregues anteriormente à identificação dos procedimentos ilícitos.	Gestão contratual eficiente (verificação das documentações dos profissionais contratados, verificação da regularidade dos profissionais junto aos seus Conselhos Profissionais). Multa. Abertura de processo administrativo. Impedimento de participação em licitações futuras.	CONTRATADA
9		Fatos retardadores ou impeditivos da execução do objeto próprios do risco ordinário da atividade empresarial ou da execução	Falta de planejamento da contratada.	Eventual aumento do custo do produto e/ou do serviço.	Planejamento empresarial	CONTRATADA
10		Desistência/abandono do Contrato por parte da CONTRATADA	Falta de capacidade técnica operacional. Gestão deficiente da contratada. Falta de capacidade financeira da contratada.	Atraso no cronograma físico-financeiro. Necessidade de nova licitação.	Gestão contratual eficiente (verificação constante da mão de obra técnica e saúde financeira da CONTRATADA). Convocação dos remanescentes da licitação. Apuração de responsabilidade contratual. Execução da Garantia Contratual	CONTRATADA
11	FATO DE ADMINISTRAÇÃO	Eventos de significativo impacto econômico-financeiro ao contrato, decorrentes de situações que configurem fato da administração que não foram alocados anteriormente à contratada	Situações que configurem fato da administração não foram alocados anteriormente à contratada Variação	Eventual aumento do custo do produto e/ou do serviço. Atraso do cronograma físico-financeiro	Reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.	CONTRATANTE
12	CASO FORTUITO/FORÇA MAIOR	Fatos retardadores ou impeditivos da execução do objeto que não estejam na sua área ordinária, tais como fatos do príncipe, caso fortuito ou de força maior, bem como o retardamento determinado pela Contratante, que comprovadamente repercute no preço do Contratado.	Situações que configurem caso fortuito ou força maior e que não foram alocados anteriormente à contratada Variação	Eventual aumento do custo do produto e/ou do serviço. Atraso do cronograma físico-financeiro	Reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.	CONTRATANTE E CONTRATADA
13	ORÇAMENTO	Insuficiência de disponibilidade orçamentária	Não aprovação da LOA conforme as solicitações da Contratante. Contingenciamentos e/ou cancelamentos durante os exercícios fiscais na vigência do contrato.	Atraso no cronograma físico-financeiro. Impacto nas entregas da Codhab	Solicitar suplementação orçamentária. Suspender a execução contratual.	CONTRATANTE
14		Descontinuidade ou modificação de índices de reajustamento.	Descontinuidade ou alteração do índice de reajuste	Atraso no pagamento da diferença do valor	Manter os pagamentos com os valores vigentes até a adoção de novo índice. Promover o pagamento das diferenças de valores após a adoção de novo índice. Apostilamento/Termo Aditivo.	CONTRATANTE

15	GESTÃO	Atraso nos pagamentos por parte da Codhab	Falta de dotação orçamentária e empenho para suportar a execução.	Aplicação de juros e mora à Codhab. Atraso na execução por parte da contratada. Impacto na capacidade financeira operacional da contratada. Judicialização.	Solicitar a dotação orçamentária e empenho previamente a execução dos serviços. Proceder os pagamentos nos prazos estabelecidos no contrato.	CONTRATADA
16		Suspensão/encerramento do Contrato	Alteração das atribuições institucionais da Codhab. A falta de orçamento, para irregularidades insanáveis por parte da CONTRATADA, fim do Contrato	Impacto na capacidade de entrega na Codhab. Não cumprimento das metas do Governo. Dano a imagem institucional da Codhab	Nova licitação. Apuração de responsabilidade contratual quando a contratada der causa.	CONTRATANTE E CONTRATADA
17	QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL, ECONÔMICA OU JURÍDICA	Alteração do corpo técnico da contratada	Desligamento dos profissionais habilitados	Atraso no cronograma físico-financeiro. Não manutenção das condições de habilitação	Fiscalizar a manutenção da condições de habilitação. Solicitação recomposição da equipe técnica habilitada. Apuração de responsabilidade contratual	CONTRATADA
18		Alteração da constituição da empresa	Cisão, fusão, incorporação e/ou alteração do consórcio	Poderá impactar na execução contratual	Avaliar a manutenção das condições de habilitação. Formalizar termo aditivo, quando couber	CONTRATANTE E CONTRATADA
19	ATIVIDADE EMPRESARIAL	Alteração de enquadramento tributário, em razão do resultado ou de mudança da atividade empresarial, bem como por erro do Contratado na avaliação da hipótese de incidência tributária	Falta de planejamento na elaboração da proposta de preços	Aumento ou diminuição do lucro do Contratado.	Planejamento tributário.	CONTRATADA
20		Elevação de gastos com viagens superiores ao estimado pelo Contratado	Falta de planejamento na elaboração da proposta de preços	Aumento do custo do produto e/ou do serviço.	Melhor planejamento contratual	CONTRATADA
21	TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIO	Responsabilização da Codhab por verbas trabalhistas e previdenciárias dos profissionais do Contratado alocados na execução do objeto contratual.	Falta de pagamento dos débitos trabalhista e previdenciários pela contratada	Geração de custos trabalhistas e/ou previdenciários para a Contratante, além de eventuais honorários advocatícios, multas e verbas sucumbenciais.	Ressarcimento, pelo Contratado, ou retenção de pagamento e compensação com valores a estes devidos, da quantia despendida pela Contratante. Apuração de responsabilidade contratual. Execução da garantia contratual. Rescisão contratual. Judicialização pela Codhab	CONTRATADA
22	TRIBUTÁRIO E FISCAL	Responsabilização da Codhab por recolhimento indevido em valor menor ou maior que o necessário, ou ainda de ausência de recolhimento, quando devido, sem que haja culpa da Codhab.	Ausência de pagamento ou recolhimento errôneo dos débitos e créditos tributários e fiscais.	Débito ou crédito tributário ou fiscal (não tributário).	Ressarcimento, pelo Contratado, ou retenção de pagamento e compensação com valores a estes devidos, da quantia dispendida pela Contratada	CONTRATADA

23	ERROS DE EXECUÇÃO POR SUBCONTRATADAS	Não atendimento das condições de aceitação dos serviços ou irregularidade cometida nos casos de Subcontratação de serviços	Falta de capacidade operacional da subcontratada quando houver.	Recusa de serviço subcontratado; Retrabalhos; Descumprimento de obrigações contratuais	Aplicação dos índices de avaliação dos produtos. Solicitar refazimento dos produtos, desde que não haja prejuízo para Codhab Apuração de responsabilidade contratual.	CONTRATADA
----	--------------------------------------	--	---	--	---	------------



Documento assinado eletronicamente por **ALEXANDRE DE OLIVEIRA BERNARDES - Matr.0001351-X, Gerente de Contabilidade e Tributos**, em 22/10/2025, às 13:37, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
 acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
 verificador= **182092479** código CRC= **17D12527**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
 SCS Quadra 06 Bloco A Lotes 12/13 - Bairro Asa Sul - CEP 70306-918 -
 Telefone(s):
 Sítio - www.codhab.df.gov.br

00392-00012358/2025-21

Doc. SEI/GDF 182092479



Governo do Distrito Federal
Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal
Diretoria de Administração e Gestão
Gerência de Contabilidade e Tributos

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

MINUTA DE CONTATO

**CONTRATO Nº XXX/2024 – DE
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE
ENTRE SI FAZEM A COMPANHIA DE
DESENVOLVIMENTO
HABITACIONAL DO DISTRITO
FEDERAL - CODHAB/DF E
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, PARA
OS FINS QUE ESPECIFICA.**

Processo nº. 00392-00014097/2024-01

A **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL – CODHAB**, empresa pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado, com autorização legislativa de criação pela Lei distrital nº 4.020, de 25 de setembro de 2007, integrante da Administração Indireta do Governo do Distrito Federal, estando vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitacional - SEDUH, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 09.335.575/0001-30, com sede no Setor Comercial Sul, Quadra-06, Bloco “A”, Lote 13/14, 6º andar, Edifício Sede, Brasília/DF, neste ato representado por seu Presidente, [NOME], [GRADUAÇÃO], [NACIONALIDADE], [ESTADO CIVIL], portador da Cédula de Identidade nº X.XXX.XXX, expedida pela SSP/XX e inscrito no CPF sob o nº XXX.XXX.XXX-XX, residente e domiciliado em Brasília-DF, com autorização da Diretoria Executiva da CODHAB/DF, com nomeação prevista na Ata da XXXª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração desta Companhia, que ocorreu em XX de XXXXXXX de 20XX, com delegação de competência prevista nas Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal doravante denominada simplesmente CODHAB/DF, e a pessoa jurídica [NOME DA EMPRESA], inscrita no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], com sede no [ENDEREÇO DA EMPRESA], CEP [CEP], [CIDADE] – [ESTADO], neste ato representada por seu representante legal, [NOME DO REPRESENTANTE], [NACIONALIDADE], [ESTADO CIVIL], [PROFISSÃO], portador da cédula de identidade nº [Nº DA IDENTIDADE], expedida pela SSP/DF e inscrito no CPF sob o nº [Nº DO CPF], residente e domiciliado na [DOMICÍLIO DO REPRESENTANTE], nesta Capital, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, conforme Edital de Licitação mediante [MODALIDADE LICITATÓRIA] nº XXX/20XX, realizada de acordo com a Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CODHAB/DF - RILC, com a Lei nº. 13.303/2016 (Estatuto de Responsabilidade das Estatais), à qual se sujeitam as partes contratantes tendo em vista o constante do Processo Administrativo nº 00392-00014097/2024-01, resolvem firmar o presente termo aditivo ao contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1. DO OBJETO

1.1. O objeto desta contratação será **[OBJETO DO CONTRATO]**. São partes deste contrato o Estudo Técnico Preliminar (**referência do SEI**), o Termo de Referência/Projeto Básico (**referência do SEI**) e a Matriz de Riscos (**referência do SEI**);

1.2. O presente Contrato, bem como os demais documentos citados no inciso anterior, vincula-se ao instrumento convocatório da respectiva licitação **[OU AO TERMO QUE A DISPENSOU OU A INEXIGIU]**, bem como ao lance ou proposta do licitante vencedor.

2. CARACTERIZAÇÃO DOS SERVIÇOS E REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. Os serviços a serem executados são aqueles descritos no Item **X.X [DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS]** constante do Termo de Referência e todos os seus anexos, bem como a Planilha Orçamentária (**referência do SEI**) os quais integram o presente instrumento independente de transcrição;

2.2. A CONTRATADA deverá executar os serviços com estrita observância ao que dispõe o Termo de Referência e seus Anexos, à Planilha Orçamentária (**referência do SEI**), os termos deste contrato e os demais elementos constantes do Processo Administrativo nº. **00392-00012358/2025-21** CODHAB, que integram o presente instrumento, independente de transcrições;

2.3. O contrato será executado de forma indireta **[OU DIRETA, CONFORME O CASO]**, em regime **[XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX]**.

3. DA VIGÊNCIA E DOS PRAZOS

3.1. O PRAZO DE EXECUÇÃO dos serviços será de 12 (doze) meses, obedecendo às etapas do cronograma físico-financeiro, devendo qualquer atraso e/ou desvio em relação ao cumprimento das etapas previstas serem obrigatoriamente justificado previamente ao executor do contrato ou Comissão Executora do Contrato que deverá analisar a justificativa do atraso e aplicar a penalidade no caso de justificativa inconsistente, ou aceitar a justificativa, mensurar possíveis aditivos ou glosas de material e mão-de-obra, e solicitar um novo cronograma físico-financeiro;

3.2. O PRAZO DE VIGÊNCIA será contratado inicialmente por 12 (doze) meses, período para análise da qualidade dos serviços prestados e decisão de continuidade com a empresa CONTRATADA. A vigência contratual poderá ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, de acordo com o que prescreve o art. 71, da Lei nº 13.303/2016;

3.3. O Contrato do objeto solicitado, terá vigência enquanto durar a garantia ofertada para os materiais, contada a partir da data de sua assinatura, e terá eficácia leal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Distrito Federal;

3.4. O prazo para execução dos serviços contados a partir da emissão da ordem de serviço emitida pelo executor do contrato da CODHAB/DF, dentro da vigência do contrato, acrescidos dos prazos de avaliação e eventuais correções;

3.5. Não estão incluídos no prazo de execução dos serviços os prazos de avaliação pela equipe técnica, os prazos para eventuais correções e reavaliação pelo executor do contrato da CODHAB/DF;

3.6. Sendo necessário e devidamente justificado e acatado pela fiscalização do contrato, os prazos de execução dos serviços, avaliação e correção das imperfeições, poderão ser alterados pelo executor do contrato, desde que respeitado o prazo de vigência do contrato;

3.7. Os serviços serão executados dentro do prazo de vigência do contrato, observando-se o cronograma físico-financeiro;

3.8. Considerando a previsão de entrega única de acordo com cada solicitação da CODHAB, a Nota de Empenho terá força de contrato, conforme prevê o Art. 118, § 4º do RILC da Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal – CODHAB/DF e o art. 73, da Lei nº 13.303/2016.

4. FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

4.1. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual são o conjunto de ações que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para o serviço contratado, verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como prestar apoio à instrução processual e o encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a

formalização dos procedimentos relativos a repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao objeto;

4.2. A CONTRATANTE designará Comissão Executora de no mínimo 01 (um) titular e 01 (um) suplente formada por técnicos da CODHAB/DF para o presente contrato com a incumbência de supervisionar, fiscalizar e acompanhar a execução dos serviços. Esta supervisão não exime a CONTRATADA da total responsabilidade pela perfeita execução dos serviços, ficando os Órgãos da Estrutura Orgânica desta Companhia no dever de prestar à equipe designada o apoio que ela vier a requisitar para o desempenho de suas atividades.

5. DA RESCISÃO CONTRATUAL

5.1. A CONTRATANTE poderá rescindir unilateralmente o contrato nas hipóteses autorizadas pelo artigo 156 do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CODHAB/DF, justificando o motivo e assegurado à CONTRATADA o direito ao contraditório e à ampla defesa, sujeitando-se a CONTRATADA às consequências determinadas na Seção XVI, artigos 158 a 165 do mesmo diploma legal, sem prejuízo das demais sanções estabelecidas neste contrato e na legislação vigente;

5.2. A rescisão por ato unilateral da CODHAB/DF acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas no art. 158 do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CODHAB/DF - RILC:

5.3. Assunção imediata do objeto contratado, pela CONTRATANTE, no estado e local em que se encontrar;

5.4. Execução da garantia contratual, para ressarcimento pelos eventuais prejuízos sofridos pela CODHAB/DF;

5.5. Na hipótese de insuficiência da garantia contratual, a retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE.

6. DO VALOR

6.1. O valor global do contrato será de **R\$XXXXXXXX (POR EXTENSO)**.

7. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas decorrentes da execução deste contrato são procedentes dos orçamentos informados abaixo:

7.2. Unidade Orçamentária: 28209;

7.3. Programa de Trabalho: **XX.XXX.XXXX.XXXX.XXXX**;

7.4. Fonte de Recursos: **XXX**;

7.5. Natureza da Despesa: **XX.XX.XX**;

7.6. O valor do empenho [INTEGRAL OU INICIAL] é de **R\$XXXXXXXX (POR EXTENSO)**, conforme Nota de Empenho Nº **20XXNEXXXXXX** emitida em **XX/XX/20XX** sob o evento **XXXXXX** na modalidade **XXXXXX [GLOBAL/ESTIMATIVO/ORDINÁRIO]**.

8. CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento será feito conforme as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, mediante apresentação de Nota Fiscal da empresa CONTRATADA, devidamente atestada pelo Fiscal do Contrato;

8.2. Após a entrega pela empresa CONTRATADA da Nota Fiscal, juntamente com os documentos de regularidade da empresa, o executor do contrato consultará o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF para fins de verificação de impedimentos e/ou registros em nome da

CONTRATADA. Após, será emitido Atesto e Relatório Circunstanciado pelo Executor do Contrato, encaminhando o processo para pagamento, caso ausente de irregularidades;

8.3. O pagamento, desde que não haja nenhuma pendência por parte da CONTRATADA, deverá ser realizado no prazo de até 10 (dez) dias úteis após o recebimento da nota fiscal pela CONTRATANTE e atestada a execução dos serviços pelo executor do contrato;

8.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária respectiva;

8.5. As empresas com sede ou domicílio do Distrito Federal, com créditos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), os pagamentos serão efetuados exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário junto ao Banco de Brasília S/A – BRB. Para tanto, deverão apresentar o número da conta corrente e agência onde deseja receber seus créditos, de acordo com o decreto nº 32.767/2011;

8.6. Para efeito de pagamento, a CONTRATANTE consultará a regularidade da empresa junto ao SICAF. Se constar documentos vencidos ou não estando a mesma cadastrada no Sistema, deverá apresentar os seguintes documentos:

8.7. Prova de Regularidade com a Fazenda Federal por meio de Certidão de Débitos relativo aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, que já contempla a regularidade junto à Previdência Social, expedida pelo Ministério da Fazenda/Secretaria da Receita Federal do Brasil;

8.8. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei nº 8.036/90);

8.9. Certidão de Regularidade com a Fazenda do Distrito Federal;

8.10. Prova de regularidade relativa a débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa;

8.11. Caso haja multa por inadimplemento contratual, será adotado o seguinte procedimento:

8.12. Se o valor da multa for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

9. DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. O pagamento da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedido do atesto mensal do executor do contrato sobre os serviços prestados no período;

9.2. A CONTRATANTE realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio do executor do contrato, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários;

9.3. A partir do primeiro dia útil do mês subsequente ao dos serviços prestados, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória a eles correspondentes e das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas;

9.4. Os documentos comprobatórios da prestação dos serviços a que se refere o subitem anterior são:

9.5. Certidão Negativa de Falências e Recuperações Judiciais, expedida pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios-TJDFT, ou documento equivalente, em se tratando de CONTRATADAS domiciliadas em outras localidades;

9.6. Certificado de Regularidade de Situação do FGTS-CRF/CEF;

9.7. Certidão Negativa Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;

9.8. Certidão Negativa de Tributos para com o Governo do Distrito Federal, expedida pela Secretaria da Fazenda e Planejamento do Governo do Distrito Federal, em se tratando de CONTRATADAS domiciliadas no Distrito Federal, ou equivalente, para o estado e o município, no caso

de CONTRATADAS domiciliados nas demais unidades da Federação, na forma da lei;

- 9.9. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, expedida pela Justiça do Trabalho;
- 9.10. No prazo de até 10 dias úteis a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, o executor do contrato deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições;
- 9.11. Elaborado o Relatório Circunstanciado e havendo irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, o executor do contrato deverá embargar o recebimento provisório e indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- 9.12. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual são o conjunto de ações que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para o serviço contratado, verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como prestar apoio à instrução processual e o encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos a repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao objeto;
- 9.13. A CONTRATANTE designará Comissão Executora de no mínimo 01 (um) titular e 01 (um) suplente formada por técnicos da CODHAB/DF para o presente contrato com a incumbência de supervisionar, fiscalizar e acompanhar a execução dos serviços. Esta supervisão não exime a CONTRATADA da total responsabilidade pela perfeita execução dos serviços, ficando os Órgãos da Estrutura Orgânica desta Companhia no dever de prestar à equipe designada o apoio que ela vier a requisitar para o desempenho de suas atividades.

10. SANÇÕES

- 10.1. Qualquer pessoa física ou jurídica que praticar atos em desacordo com o Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CODHAB/DF - RILC e pela inexecução total ou parcial do contrato, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, mediante o devido processo administrativo, garantida a prévia defesa, sujeitar-se às seguintes sanções:
- 10.2. Advertência;
- 10.3. Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;
- 10.4. Suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CODHAB/DF, por até 02 (dois) anos;
- 10.5. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela empresa pública ou pela sociedade de economia mista ou cobrada judicialmente;
- 10.6. As sanções previstas nos incisos I e III deste artigo poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, devendo a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis;
- 10.7. A sanção de advertência é cabível sempre que o ato praticado, ainda que ilícito, não seja suficiente para acarretar danos à CODHAB/DF, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente, ou a terceiros;
- 10.8. A aplicação da sanção de advertência importa na comunicação desta à CONTRATADA, devendo ocorrer o seu registro junto ao Cadastro Corporativo da CODHAB/DF, independentemente de tratar-se de pessoa cadastrada, ou não;
- 10.9. A reincidência da sanção de advertência, poderá ensejar a aplicação de penalidade de suspensão;
- 10.10. A multa poderá ser aplicada nos seguintes casos:
- 10.11. Em decorrência da interposição de recursos meramente procrastinatórios, poderá ser aplicada multa correspondente a até 5% do valor máximo estabelecido para a licitação em questão; Em decorrência da não regularização da documentação de habilitação, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar federal nº 123/2006, conforme previsto no instrumento convocatório e contratual, poderá

ser aplicada multa correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor máximo estabelecido para a licitação em questão;

Pela recusa em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo instrumento convocatório, poderá ser aplicada multa correspondente a 5% (cinco por cento) do valor máximo estabelecido para a licitação em questão;

No caso de atraso na entrega da garantia contratual, quando exigida, o instrumento convocatório deverá prever, mediante competente justificativa, a incidência de multa correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor total do contrato;

Nos demais casos de atraso, o instrumento convocatório deverá prever, mediante competente justificativa, a incidência de multa nunca inferior a 5% (cinco por cento) ou superior a 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente do contrato;

10.12. No caso de inexecução parcial, o instrumento convocatório deverá prever, mediante competente justificativa, a incidência de multa nunca inferior a 10% (dez por cento) ou superior a 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente do contrato;

10.13. No caso de inexecução total, o instrumento convocatório deverá prever, mediante competente justificativa, a incidência de multa nunca inferior a 20% (vinte por cento) ou superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente do contrato;

10.14. Ocorrendo uma infração contratual apenada apenas com a sanção de multa a CONTRATADA deverá ser formalmente notificada para apresentar defesa prévia;

10.15. Havendo concordância da CONTRATADA quanto aos fatos e a incidência da multa, encerra-se o processo com a efetiva aplicação, com sua formalização através de apostilamento e comunicação ao Cadastro Corporativo da CODHAB/DF para fins de registro;

10.16. O não pagamento da multa ensejará a execução da garantia contratual, proporcionalmente;

10.17. Caso o valor a ser aplicado supere o valor da garantia contratual a CODHAB/DF tomará outras medidas cabíveis, tais como, glosa ou medidas judiciais cabíveis e aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CODHAB/DF, por até 02 (dois) anos;

10.18. Cabe a sanção de suspensão em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado dano à CODHAB/DF, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros;

10.19. Conforme a extensão do dano ocorrido ou passível de ocorrência, a suspensão poderá ser branda (de 01 a 06 meses), média (de 07 a 12 meses), ou grave (de 13 a 24 meses);

10.20. O prazo da sanção a que se refere o caput deste artigo terá início a partir da sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal;

10.21. A sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar importa, durante sua vigência, na suspensão de registro cadastral, se existente, ou no impedimento de inscrição cadastral;

10.22. Se a sanção de que trata o caput deste artigo for aplicada no curso da vigência de um contrato, a CODHAB/DF poderá, a seu critério, rescindi-lo mediante comunicação escrita previamente enviada ao contratado, ou mantê-lo vigente;

10.23. A reincidência de prática punível com suspensão, ocorrida num período de até 02 (dois) anos a contar do término da primeira imputação, implicará no agravamento da sanção a ser aplicada;

10.24. Estendem-se os efeitos da sanção de suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com a CODHAB/DF às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos celebrados:

10.25. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.26. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

10.27. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a CODHAB/DF em virtude de atos ilícitos praticados;

10.28. As práticas enquadradas no item 10.10.2., conforme disposto no Código de Conduta das Empresas Fornecedoras da CODHAB/DF e nos termos do Decreto Distrital nº 37.296/2016, além de acarretarem responsabilização administrativa e judicial da pessoa jurídica, implicará na responsabilidade individual dos dirigentes das empresas contratadas e dos administradores/gestores, enquanto autores, coautores ou partícipes do ato ilícito;

10.29. A aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CODHAB/DF, por até 02 (dois) anos será registrada no cadastro de empresas inidôneas de que trata o art. 23 da Lei federal nº 12.846/2013 e demais normas distritais que regem a matéria;

10.30. As sanções devem ser aplicadas em processo administrativo autônomo, por comissão processante, por meio do qual se assegure a ampla defesa e o contraditório, conforme disposto no Código de Conduta das Empresas Fornecedoras da CODHAB/DF;

10.31. Na aplicação das sanções deverão ser consideradas as seguintes condições:

10.32. Razoabilidade e proporcionalidade entre a sanção, a gravidade da infração e o vulto econômico da contratação;

10.33. Danos resultantes da infração;

10.34. Situação econômico-financeira da sancionada, em especial sua capacidade de geração de receitas e seu patrimônio, no caso de aplicação de multa;

10.35. Reincidência, assim entendida a repetição de infração de igual natureza;

10.36. Outras circunstâncias gerais agravantes ou atenuantes em face do caso concreto.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. São obrigações da CONTRATANTE:

11.2. A CONTRATANTE se reserva no direito, sem que de qualquer forma restrinja a responsabilidade da CONTRATADA na prestação dos serviços, de exercer a mais ampla e completa fiscalização na execução contratual, diretamente ou por prepostos designados, podendo para isso:

11.3. Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de empregado da CONTRATADA que estiver sem identificação, ou, ainda, que embarçar ou dificultar a prestação dos serviços, a juízo da CODHAB/DF;

11.4. A CONTRATANTE rejeitará a prestação dos serviços efetivada em desacordo com este Termo de Referência, com o Estudo Técnico Preliminar, com o Contrato e seus anexos;

11.5. O processo, Termo de Referência e as especificações técnicas deverão ser repassados por inteiro ao executor do contrato antes do mesmo assumir o serviço;

11.6. Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados;

11.7. Notificar, por escrito, à CONTRATADA, ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

11.8. Permitir o livre acesso dos empregados da futura CONTRATADA para execução dos serviços;

11.9. Comunicar a CONTRATADA com no mínimo 15 (quinze) dias de antecedência, a alterações de endereços, considerando que a atuação da CODHAB/DF é no Distrito Federal;

11.10. Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas no curso do procedimento licitatório;

11.11. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

11.12. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

11.13. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

11.14. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão/servidor especialmente designado;

11.15. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

11.16. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. A CONTRATADA obrigar-se-á a cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

12.2. A prestação dos serviços será executada pela CONTRATADA, sob sua única e exclusiva responsabilidade, utilizando pessoal treinado e especializado, conforme a natureza das tarefas;

12.3. A CONTRATADA deverá manter junto aos locais da prestação de serviços, durante os turnos de trabalho, elementos capazes de tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;

12.4. Respeitar as normas e regulamentos previstos para cumprimento dos serviços no âmbito da CODHAB/DF;

12.5. A CONTRATADA assumirá total responsabilidade quanto às falhas na execução dos serviços, comprometendo-se a fazer as regularizações propostas pela CONTRATANTE;

12.6. Manter, durante a vigência do contrato, as condições de habilitação exigidas na licitação, devendo comunicar à CONTRATANTE a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições;

12.7. Dar condições para que a fiscalização do serviço por meio do executor do contrato possa vistoriar, acompanhar e fiscalizar, devendo qualquer exigência, modificações ou solicitação de alteração exigidos pelo executor do contrato ser formalmente encaminhado à CONTRATADA que deverá cumprir fielmente;

12.8. Se a CONTRATADA recusar, demorar, negligenciar ou deixar de eliminar as falhas, vícios, defeitos ou imperfeições apontadas, poderá a CONTRATANTE efetuar as alterações necessárias, seja por meios próprios ou de terceiros, transformando os custos decorrentes, independentemente do seu montante, em dívida líquida e certa da CONTRATADA;

12.9. A CONTRATADA será responsável pela observância das Leis, dos Decretos, das Portarias, das Normas Federais e Distritais, dos Regulamentos, das Resoluções e das Instruções Normativas direta ou indiretamente aplicáveis ao objeto do contrato, inclusive por suas subcontratadas e fornecedores;

12.10. Fornecer Equipamentos de Proteção Individual-EPI, apropriado para o exercício das atividades profissionais, se for o caso;

12.11. A CONTRATADA deverá proceder às suas expensas à retirada de licenças, alvarás e outros documentos;

12.12. A CONTRATADA responsabilizar-se-á ainda por:

12.13. Falta de execução global e parcial dos serviços executados;

12.14. Falta de segurança e perfeição dos serviços realizados e sua consequente alterações solicitadas pela fiscalização;

12.15. Danos ou prejuízos causados direta ou indiretamente ao Governo do Distrito Federal, ou a terceiros;

12.16. Infrações ou multas decorrentes da inobservância de quaisquer regulamentos ou legislação específica vigentes no DF, no que se refere aos serviços contratados;

12.17. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões, nos termos da Lei

nº 13.303/2016 e do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CODHAB/DF - RILC;

12.18. É expressamente vedado à CONTRATADA:

12.19. A veiculação de publicidade acerca do contrato, salvo sob prévia autorização;

12.20. A subcontratação para a execução do objeto do contrato;

12.21. A contratação de servidor pertencente ao quadro de servidores da CODHAB/DF, durante a vigência do contrato;

12.22. Observância às demais obrigações previstas neste Termo de Referência e demais documentos constantes do processo nº 00392-00014097/2024-01;

12.23. Os itens ofertados na proposta deverão corresponder exatamente às condições de execução dos serviços descritas na Minuta de Contrato do Edital;

12.24. Demais obrigações previstas no Termo de Referência.

13. DO ACOMPANHAMENTO, AVALIAÇÃO E APROVAÇÃO

13.1. A CODHAB poderá designar também uma Equipe Técnica de Recebimento e Fiscalização formada por técnicos da CODHAB além do Executor/Comissão executora do Contrato para acompanhar e fiscalizar o cumprimento do contrato, ficando os Órgãos da Estrutura Orgânica desta Companhia no dever de prestar à equipe designada o apoio que ela vier a requisitar para o desempenho de suas atividades.

14. DA GARANTIA CONTRATUAL

14.1. Será exigida a prestação de garantia pela futura CONTRATADA, no percentual de **2% (dois por cento)** do valor total do contrato, nos termos do Art. 126 do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CODHAB/DF - RILC, e, no que couber, do Art. 70 da Lei 13.303/16 (Lei das Estatais), a ser comprovada no prazo de 10 (dez) dias a partir da data da celebração do contrato, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, inclusive rescisão contratual;

14.2. Em conformidade com o Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CODHAB/DF - RILC, e no que couber, com a Lei 13.303/16 (Lei das Estatais), a garantia poderá ser prestada nas seguintes modalidades:

14.2.1. Caução em dinheiro;

14.2.2. Seguro-Garantia; ou

14.2.3. Fiança bancária;

14.2.4. Caso a CONTRATADA opte pela caução em dinheiro, deverá efetuar depósito em conta corrente da Companhia, mediante dados bancários fornecidos pela Gerência de Execução Orçamentária e Financeira – GEOFI;

14.3. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a execução e recebimento definitivo do objeto contratual, mediante apresentação de certidão negativa de regularidade com o INSS relativa à baixa da matrícula do CEI e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente com base na variação do índice da caderneta de poupança.

15. DA SUBCONTRATAÇÃO

15.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório pela CONTRATADA.

16. DOS REAJUSTES DOS PREÇOS

16.1. As alterações de que trata esta Cláusula deverão ser formalizadas por meio de termos aditivos, exceto as que digam respeito à variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato e às atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, que poderão ser registradas por simples apostilamento;

16.2. O reajustamento dos preços contratuais previsto neste Contrato deverá retratar a variação efetiva dos insumos, da mão de obra ou dos custos de produção, podendo a CONTRATADA, conforme o caso, adotar índices gerais ou específicos, fórmulas paramétricas, bem como acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho;

16.3. O reajuste de preços previsto no contrato para fazer face à elevação dos custos da contratação, respeitada a anualidade, e que vier a ocorrer durante a vigência do contrato, deverá ser solicitado pela CONTRATADA, adotando-se a variação do índice do IPCA para o período;

16.4. Os valores contratados poderão ser alterados para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da CONTRATADA, para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, diante dos seguintes motivos:

16.5. Quando necessário assegurar a equivalência entre o objeto contratual e a remuneração do contratado, através do restabelecimento do equilíbrio contratual, desde que objetivamente demonstrado, mediante acordo entre as partes;

16.6. Para compensar os efeitos das flutuações decorrentes da majoração dos custos para execução do objeto, será aplicado índice geral ou setorial previsto no contrato com vigência superior a 01 (um) ano.

17. DA RESCISÃO CONTRATUAL

17.1. A CONTRANTE poderá rescindir unilateralmente o contrato nas hipóteses autorizadas pelo artigo 156 do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CODHAB/DF, justificando o motivo e assegurado à CONTRATADA o direito ao contraditório e à ampla defesa, sujeitando-se a CONTRATADA às consequências determinadas na Seção XVI, artigos 158 a 165 do mesmo diploma legal, sem prejuízo das demais sanções estabelecidas neste contrato e na legislação vigente;

17.2. A rescisão por ato unilateral da CODHAB/DF acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas no art. 158 do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CODHAB/DF - RILC:

17.2.1. Assunção imediata do objeto contratado, pela CODHAB/DF, no estado e local em que se encontrar;

17.2.2. Execução da garantia contratual, para ressarcimento pelos eventuais prejuízos sofridos pela CODHAB/DF;

17.2.3. Na hipótese de insuficiência da garantia contratual, a retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à CODHAB/DF.

18. DOS CASOS OMISSOS

18.1. Os casos omissos serão dirimidos de acordo com as normas jurídicas aplicáveis e, em especial, com a Lei Federal nº 13.303/2016 e no que couber de acordo com Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CODHAB/DF - RILC.

19. DA PUBLICAÇÃO

O presente contrato será publicado no Diário Oficial do Distrito Federal sob a responsabilidade da CODHAB/DF.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

19.1. É competente o foro de Brasília – Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução deste Contrato.

19.2. E, por estarem assim justos e de acordo, assinam o presente.

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060.

Brasília, XXXXXXXX de 20XX.

Pela CONTRATANTE:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

DIRETOR-PRESIDENTE

**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL –
CODHAB**

Pela CONTRATADA:

[NOME DO REPRESENTANTE]

REPRESENTANTE LEGAL

NOME DA EMPRESA

MINUTA DE CONTATO



Documento assinado eletronicamente por **ALEXANDRE DE OLIVEIRA BERNARDES - Matr.0001351-X, Gerente de Contabilidade e Tributos**, em 22/10/2025, às 15:33, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **185241697** código CRC= **004C511C**.



Companhia de Desenvolvimento
Habitacional do Distrito Federal

Comissão Permanente de
Licitação - CPL

MINUTA EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026- CODHAB

ANEXO IV

Modelo de Proposta

(Em Papel timbrado da Licitante)
(Local e data)

À

Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal – CODHAB.

Objeto: _____.

Ref.: PE _____/_____-CODHAB.

Processo: 0392. _____/_____

Prezados Senhores,

Apresentamos a nossa Proposta de Preços, detalhada nos documentos anexos, para execução do objeto da licitação em referência, conforme edital e anexos, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados na sua preparação.

- O nosso preço total para o fornecimento dos serviços é de R\$ _____ (_____), conforme discriminado na planilha de preços, anexa, contendo os preços unitários e totais do item cotado.

- Declaramos que nos nossos preços propostos estão incluídos todos os custos, diretos e indiretos, para perfeita execução dos serviços, inclusive despesas com eventuais projetos, materiais, mão de obra, especializada ou não, cadastros dos serviços executados, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, transportes, cargas e descargas em geral, encargos da legislação social, trabalhista e previdenciária, da infortunística do trabalho e responsabilidade civil, por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas, e demais regulamentos e municipais, estaduais e federais, encargos e custos financeiros, enfim, tudo o que for necessário para a execução total e completa do objeto da licitação, sem que lhe caiba, em qualquer caso, direito regressivo em relação à CODHAB.

- Declaramos que iremos fornecer os serviços de acordo com as exigências e condições estabelecidas no Termo de Referência, constante do Anexo I deste Edital, inclusive no tocante a prazos de execução e de entrega.

- Indicação dos prazos de execução e vigência do contrato ou instrumento equivalente, conforme definido no Termo de Referência quanto aos prazos de fornecimento dos serviços: _____

- Especificidades conforme Edital, se ME/EPP, quando for o caso.

Item	Especificação	Quantidade estimada	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$
1	SERVIÇOS TÉCNICOS DE AUDITORIA INDEPENDENTE EXTERNA TRIMESTRAL, COM ESCOPO FISCAL, CONTÁBIL, FINANCEIRO, ADMINISTRATIVO E DE RECURSOS HUMANOS, COM EMISSÃO DE RELATÓRIOS TRIMESTRAIS.	04		



Companhia de Desenvolvimento
Habitacional do Distrito Federal

Comissão Permanente de
Licitação - CPL

MINUTA EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026- CODHAB

2	SERVIÇOS TÉCNICOS DE AUDITORIA INDEPENDENTE EXTERNA ANUAL, COM ESCOPO FISCAL, CONTÁBIL, FINANCEIRO, ADMINISTRATIVO E DE RECURSOS HUMANOS, COM EMISSÃO DE PARECER ANUAL DE AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E FINANCEIRAS.	01		
VALOR TOTAL PROPOSTO R\$				

- Validade da Proposta: 60 (sessenta dias)

- Dados Bancários nos termos do Decreto n.º 32.767 de 17/02/2011

Atenciosamente,

Carimbo, nome e assinatura do responsável legal.



Companhia de Desenvolvimento
Habitacional do Distrito Federal

Comissão Permanente de
Licitação - CPL

MINUTA EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026- CODHAB

ANEXO V
Modelo de Declaração ME/EPP

(Local e data)

À

Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal – CODHAB.

Objeto: _____.

Ref.: PE _____/_____-CODHAB.

Processo: 0392. _____/_____

Empresa licitante: _____

CNPJ nº: _____

Inscrição Estadual/Distrital nº: _____

DECLARA, para fins legais, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, em especial quanto ao seu art. 3º, e que está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos art. 42 a 49 da referida Lei Complementar, e que não se enquadra nas situações relacionadas no §4º do art. 3º da citada Lei Complementar.

Atenciosamente,

Carimbo, nome e assinatura do responsável legal.



Companhia de Desenvolvimento
Habitacional do Distrito Federal

Comissão Permanente de
Licitação - CPL

MINUTA EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026- CODHAB

ANEXO VI

Modelo de Declaração Inexistência Fatos Impeditivos

(Local e data)

À
Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal – CODHAB.

Objeto: _____.

Ref.: PE _____/_____-CODHAB.

Processo: 0392. _____/_____

_____ (Nome da Empresa), inscrita no CNPJ sob o número _____, com endereço sito à _____, declara, sob as penalidades da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, bem como não se enquadra nos impedimentos descritos no artigos 38 e 44 da Lei nº 13.303/2016 e suas alterações, bem como no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, quando couber, no artigo 5º inciso IV da Lei nº 12.846/2013 Decreto 37.296/2016 e no artigo 36 da Lei nº 12.529/2011, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

_____, _____ de _____ de _____

Atenciosamente,

Carimbo, nome e assinatura do responsável legal.



Companhia de Desenvolvimento
Habitacional do Distrito Federal

Comissão Permanente de
Licitação - CPL

MINUTA EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026- CODHAB

ANEXO VII

Modelo de Declaração Lei 5.061/2013

(Local e data)

À

Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal – CODHAB.

Objeto: _____.

Ref.: PE _____/_____-CODHAB.

Processo: 0392. _____/_____

Empresa licitante: _____

CNPJ nº: _____

Inscrição Estadual/Distrital nº: _____

DECLARA, para fins do disposto no art. 118 do RILC, e pela Lei 5.061/2013, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Esta declaração é a expressão da verdade, sob as penas da lei.

Atenciosamente,

Carimbo, nome e assinatura do responsável legal.



Companhia de Desenvolvimento
Habitacional do Distrito Federal

Comissão Permanente de
Licitação - CPL

MINUTA EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026- CODHAB

ANEXO VIII

Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação

(Local e data)

À

Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal – CODHAB.

Objeto: _____.

Ref.: PE ____/____-CODHAB.

Processo: 0392. ____/____ Empresa
licitante: _____

CNPJ nº: _____

Inscrição Estadual/Distrital nº: _____

DECLARA, sob as penas da lei, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação para o presente certame.

Atenciosamente,

Carimbo, nome e assinatura do responsável legal.



Companhia de Desenvolvimento
Habitacional do Distrito Federal

Comissão Permanente de
Licitação - CPL

MINUTA EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026- CODHAB

ANEXO IX

Modelo de Declaração Lei 6.679/2020

(Local e data)

À

Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal – CODHAB.

Objeto: _____.

Ref.: PE _____/_____-CODHAB.

Processo: 0392. _____/_____ Empresa
licitante: _____

CNPJ nº: _____

Inscrição Estadual/Distrital nº: _____

Declaro conhecimento sobre a exigência de garantia de equidade salarial entre homens e mulheres, que dispõe a Lei 6.679, de 24 de setembro de 2020, e que encaminharemos a documentação comprobatória no prazo estabelecido em lei.

Esta declaração é a expressão da verdade, sob as penas da lei.

Atenciosamente,

Carimbo, nome e assinatura do responsável legal.



Companhia de Desenvolvimento
Habitacional do Distrito Federal

Comissão Permanente de
Licitação - CPL

MINUTA EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026- CODHAB

ANEXO X

Modelo de Declaração Decreto Distrital 39.860/2019

(Local e data)

À

Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal – CODHAB.

Objeto: _____.

Ref.: PE _____/_____-CODHAB.

Processo: 0392. _____/_____

Empresa licitante: _____

CNPJ nº: _____

Inscrição Estadual/Distrital nº: _____

Representante Legal: _____

CPF: _____

Declaro não incorrer nas vedações previstas no art. 44 da Lei no 13.303/2016, e no art. 1º do Decreto nº 39.860/2019 do Governo do Distrito Federal.

Esta declaração é a expressão da verdade, sob as penas da lei.

Atenciosamente,

Nome e assinatura do representante legal.

Cargo - nome da empresa licitante

CPF _____